

Jornal: O SÃO PAULO
29/8
Data: 4/09/1980
Pág. 7Página n.º
N.º do recorte: 0701

Povo da Zona Leste está sem água, e a culpa, adivinhem de quem é?

Com cerca de 40 mil habitantes, a periferia da Zona Leste de São Paulo não tem água encanada. E não é por falta de luta que as organizações populares locais ainda não alcançaram seus objetivos. A luta vem desde 1978, quando foi entregue um abaixo-assinado a um representante da SABESP e verificou-se que a região do Iguatemi não existia nos mapas desse organismo.

A própria população providenciou um mapa e ficou aguardando até fins de 79, a apresentação, pela SABESP do projeto Mombaça. O projeto foi aprovado pelo CETESB e passou para o órgão financiador, o BNH. Estava tudo certo e esperava-se o início das obras em julho ou setembro deste ano. Entretanto, o BNH informou recentemente que não dispõe de verbas para serem emprestadas à SABESP e que a política do ministro Mário Andreazza, do Interior, é fazer habitações populares.

"De que adianta fazer mais casas se grande parte delas não têm água, esgotos e demais benefícios? Como podemos aguentar mais anos sem água e na companhia da sujeira, dos vermes, da hepatite, da carne, do piolho, da desidratação?", são as perguntas que a Comissão da Água do Iguatemi, a Associação das Donas de Casa e as Comunidades do Iguatemi fazem o ministro do Interior, agora que, depois de tanta luta junto à SABESP, têm que enfrentar outro organismo governamental.

O menor e o trabalho

Os próximos dias 4 (das 20,00 às 22,00 horas), 5 (das 20,00 às 22,30 horas) e 6 (integral) serão dedicados ao estudo de "O menor e o mundo do trabalho", sob a coordenação da equipe da Casa do Menor — Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, rua São José, rua da Glória 195.

Poderão participar membros das famílias (2 pessoas por setor), educadores ligados ao mundo do trabalho. Nos dias 4 e 5, no período da tarde, haverá, no mesmo local, grupos de estudo com pessoas e entidades diretamente ligadas ao mundo do trabalho.

Segundo a Pastoral do Menor, o trabalho está na raiz do problema do menor. O menor é fruto do trabalho explorado e mal remunerado de seus pais e, muito cedo, tem que trabalhar para sobreviver. A procura do trabalho é uma realidade na vida de cada criança marginalizada.

Esse espaço seria aberto com as seguintes propostas: Centros de orientação para o menor nas regiões; Pedagogia libertadora crítica a ser desenvolvida nas escolas; Especialização para a população carente; Discussão sobre a legislação do trabalho do menor, as relações práticas entre empregado, patrões e chefes, o crescimento do menor que precisa trabalhar, oportunidade de aperfeiçoamento para o menor, o menor trabalhador e o alistamento para o serviço de trabalho do menor, mercado de trabalho do adulto.

Informações pelo tel. 93-0277 ou na Rua Cerqueira 46, perto do Largo São José.

Um encontro pela saúde

As bases estão se movimentando para esse encontro.

Radicalismo de certos grupos prejudica a integração de experiências.

Experiências concretas de sucesso e derrota, atuação não institucional e a institucional em diferentes regiões do Brasil serão analisados no Encontro Nacional de Experiências de Medicina Comunitária (2.º ENEMEC) no Seminário de Saúde em Pernambuco, de 17 a 21 de setembro próximos.

Além disso, nesse encontro haverá troca de experiências apresentadas por delegações regionais, abordando as convergências e divergências. Será apresentada a proposta do Plano Nacional de Saúde para motivar a discussão sobre a situação nacional das experiências populares,

com os delegados apresentando suas próprias propostas.

Para efeito de participação do 2.º ENEMEC, o Brasil está dividido em cinco regiões: Norte (Maranhão, Pará, Amazonas, Acre e Territórios); Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); Centro-Oeste (Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul); Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro); Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).

As bases estão se movimentando para esse encontro. A região Sudeste realizou uma primeira

reunião preparatória no Instituto Sedes Sapientiae, de S. Paulo, para debater e levantar dados sobre a saúde popular. Na oportunidade, foram levantadas questões como os impasses que o povo vem encontrando em suas lutas reivindicatórias, destacando-se as dificuldades na organização popular, no entrosamento entre as diferentes entidades de massa e no encaminhamento das reivindicações específicas associadas às lutas mais gerais.

Outro problema que está preocupando bastante os grupos autênticos é a manipulação dos instrumentos de mobilização e organização popular por parte das instituições e dos grupos políticos. O radicalismo está prejudicando a integração das diversas experiências que estão sendo efetivadas.

Nessa primeira reunião, foram levantadas algumas propostas: busca de unidade entre diversos trabalhos comunitários, conscientização sobre lutas mais gerais a partir das específicas, organização de um trabalho popular independente de instituições e partidos, necessidade de interligar o problema de saúde com questões como luta salarial, custo de vida e reforma agrária.

Estas propostas foram aprofundadas no segundo encontro preparatório, realizado no dia 24 último, ao mesmo tempo em que se levantaram outros temas: não participação do povo nas decisões do País, os problemas dos meios de comunicação de massa, a educação oficial alienada, a repressão e a necessidade de se abrir novos espaços para o povo.



Uma experiência exemplar do povo

que é como é o Movimento Amigos de Bairro

— Como é mesmo o trabalho de vocês, como se chama?

— Chama-se Movimento Amigos de Bairros, MAB, de Nova Iguaçu. Trabalhamos reivindicando junto aos poderes públicos a melhoria para os nossos bairros, que são bastante carentes.

— Quando começou?

— Começou em 1976, a partir da necessidade dos bairros de se unirem para tentar reivindicar melhorias. Eram uns 10 a 12 bairros mais ou menos e esse número foi crescendo. Em 1978 aconteceu que um bairro foi reivindicar à Prefeitura a construção de uma escola pública, e levou um abaixo-assinado com não sei quantas assinaturas. Lá na Prefeitura disseram que aquele abaixo-assinado não tinha validade, porque não trazia endereços e cadastro dos impostos. Então mandaram que voltassem e que colocassem os endereços e os números do cadastro do imposto predial e territorial. Nessa época o movimento já contava com umas 15 Associações, Grupos de Amigos de Bairros que então se encontravam de 2 em 2 meses para troca de experiências. Em julho de 78, quando esse bairro colocou esse problema, viu-se que a gente tinha que partir para outro tipo de coisa, que não dava mais ficar levando abaixo-assinado à Prefeitura; porque levávamos e e ficavam sem receber. E na verdade a gente viu que iam virar fiscais da Prefeitura. Então se pensou em fazer uma assembléia convocando as autoridades, o prefeito, os parlamentares, para colocar a situação. Esta assembléia foi feita em outubro de 78, e o movimento já contava com 34 bairros. Deu um pulo, durante a preparação dessa assembléia; mais bairros foram se chegando. Foi feita uma assembléia com 800 pessoas. O prefeito não apareceu, somente mandou um representante dele e nessa assembléia foi lido um memorial, um manifesto geral que contava como estavam os bairros e apresentava reivindicações. Uma das reivindicações era que a Prefeitura tivesse um dia específico para receber os moradores, o que na verdade não acontecia: o morador chegava lá, não tinha para quem entregar o abaixo-assinado; voltava para casa, voltava outro dia, tinha que pegar táxi, tinha que se pagar uma taxa para dar entrada ao abaixo-assinado, o que era um absurdo dos absurdos. Nessa assembléia então, o secretário do prefeito que estava presente, disse que tudo bem, achava que não tinha problema nenhum que se voltasse daí a uma semana com as reivindicações.

Ele diria o dia e a hora, só faltava combinar isso com o prefeito. Só que esse dia e essa hora demoraram simplesmente dois meses. Fora 7 idas à Prefeitura, comissões indo lá e voltando (aquilo que ele falou que em 7 dias estava resolvido). Afinal, em dezembro de 78, saiu o tal dia. A partir daí, às quintas-feiras pela manhã, os moradores tinham audiência pública com a Prefeitura.

Daí os bairros começaram a ir lá, levar suas reivindicações. O número de bairros continua aumentando. Aí fizeram algumas promessas. Os secretários mudavam, porque quando as promessas eram muitas e eles não conseguiam atender, mudavam o secretário. Lá por maio e junho de 79, a gente estava assim: com os bairros indo lá, com o número de bairros crescendo. E já tinham mudado 3 secretários e as promessas também iam crescendo. Bom, daí se viu que não dava pra continuar assim, porque os caras não estavam atendendo realmente, continuava tudo na mesma coisa. E se pensou então em fazer uma outra assembléia, não mais reivindicando, mas protestando pelo descaso e foi aí que se viu algo de concreto.

Foram uns dois meses de preparação intensiva nos bairros, que nesta época já eram 60. O manifesto que se leu para o prefeito, foi um negócio muito discutido nos 60 bairros. Em 15 de julho, na "assembléia-monstro", tinha 3 mil pessoas, com cartas, memoriais, cartazes, faixas já protestando mesmo porque já não dava mais pra aguentar essa situação. O

prefeito foi, levou secretários, nós convidamos parlamentares tanto da ARENA como do MDB, só apareceram alguns do MDB. Foi convidado o governador Chagas Freitas que passou um telegrama dizendo que ele ia mandar um representante, só que o telegrama dele era com data de 16 de julho. A entrada do prefeito foi um bruto vaia, sem que isso tivesse sido preparado nos bairros, vaia bem espontânea porque ninguém da coordenação combinou vaia, foi um negócio bem espontâneo do povo. Além da vaia, o prefeito foi obrigado a ouvir 46 representantes de bairros falando das suas necessidades. Uma coisa a que a gente sempre dá prioridade no nosso movimento é que os moradores são os primeiros que falam, inclusive em assembléias.

Depois que os 46 moradores falaram das suas necessidades, o prefeito que já não aguentava mais, deu uma desculpa amolada lá, que era isso mesmo, que nós estávamos certos, que o "movimento de vocês é justo", "se eu não fosse prefeito, eu faria igual a vocês" e "eu vou me embora que eu tenho um casamento para ser padrinho" e se mandou, ele com a comitiva dele que não disse para que é que veio.

Ele foi embora, a assembléia continuou e foram tirados 4 pontos principais que se reivindicaria nesses dias. Um era a volta das audiências da quinta-feira para o centro da cidade, porque pra manobra deles tinham levado esse encontro para um bairro que não era no centro. As pessoas vinham pro centro e do centro iam para outro lugar. O outro era que o secretário municipal de Educação se pronunciasse a respeito da taxa escolar que é um negócio bastante sério. O terceiro era quanto à questão das verbas, que o prefeito dissesse aonde que ele iria aplicar as verbas, em que bairros. A gente queria que ele dissesse que no bairro tal iria ser aplicada a verba tal, dada tal, um negócio bastante especificado.

O quarto ponto era que a Câmara de Vereadores cedesse as suas instalações para que o MAB discutisse juntamente com os vereadores as necessidades do bairro e do município. Seria feito um simpósio com 15 pontos principais: uso e ocupação do solo, educação, saúde, transporte, saneamento básico, quer dizer, coisas bastante ligadas aos nossos bairros. Neste dia tinha alguns vereadores que achavam que tudo bem, mas só que depois a Câmara negou.

Dessas reivindicações o que a gente já conseguiu até agora, foi a publicação no Diário Oficial e declaração do secretário de Educação de que a cobrança obrigatória da taxa escolar é ilegal, quer dizer, quem não pode pagar, não pode deixar de estudar. E a outra coisa foi a volta das audiências de quinta-feira para o centro da cidade. Quanto à aplicação de recursos, o relatório até agora não saiu. Vinham dizendo que era em outubro e agora disseram que era em janeiro e o negócio até agora não saiu e a gente tá aí na luta.

O movimento também ajudou na luta de moradores dos conjuntos, debatendo, e participou de uma assembléia de 3 mil pessoas que, inclusive, já tinha a ordem de despejo.

Depois disso o movimento continuou a crescer; hoje já conta com mais de 90 associações; dessas algumas são de grupos que somente se reúnem e outras associações juridicamente reconhecidas. E se viu a necessidade de existir uma coordenação de 13 pessoas para levar o movimento adiante juntamente com os bairros. Como houve um crescimento muito grande, se viu a necessidade de descer mais, ter maior número de gente lá com essa coordenação. Então se criou o Conselho de Representantes dos Amigos de Bairros, formado por um representante de cada bairro, eleito numa assembléia de pelo menos 20 pessoas e que tem reunião todos os meses. É ele que decide os rumos do movimento e, juntamente com a coordenação, leva o movimento adiante.

— Quantos membros tem hoje esse conselho?

— Cada bairro elegeu 2 representantes — o conselheiro e o suplente; quem tem direito a voto, no caso, é o representante, mas isso não impede que nas reuniões do conselho participem os moradores. São reuniões abertas. Atualmente são 67 representantes.

— As reuniões conseguem os 67?

— Não. Até agora só houve 3 reuniões e na última, com 43 representantes, foi eleita a coordenação. O movimento é dividido por regionais também, em que o pessoal se encontra. Não tem somente essa instância geral. Cada bairro tem a sua reunião separada. Independente disso tem a regional. Como o movimento começou a crescer muito, não tinha mais condições de reunir 60 bairros num dia só e aí se dividiu em regionais. Atualmente são 4 regionais que talvez passem para 6. Tentou-se agrupar os bairros mais próximos, geograficamente e daí se criaram as regionais.

— Elas são paralelas às regionais da Igreja ou não?

— Elas são independentes. A gente tem um grande apoio do Bispo D. Adriano e muitos amigos de bairros utilizam os salões das Igrejas; mas é um movimento independente. O próprio D. Adriano deixa isso claro quando ele fala. ~~A diocese dá todo apoio mas é um~~ movimento independente da Igreja. Inclusive nós não temos caráter nem político-partidário, nem religioso.

Então, quando se dividiu essas regionais, aqueles encontros de 2 em 2 meses passaram a ser feitos nas regionais. Cada regional conta com vinte e poucos bairros. Dependendo da característica de cada regional, nelas se encontram grupos de 10, 12 pessoas para discutir o que é que vai se fazer; é como uma espécie de núcleo da regional.

A maior assembléia que nós já fizemos, tinha 3.000 pessoas. Depois, em novembro do ano passado, quando as reivindicações não eram cumpridas, nós fizemos uma passeata no dia 2 de novembro, com umas 500 pessoas.

— Eu gostaria de ver mais um pouco o apoio da Igreja, não só em termos de respaldo do arcebispo, mas em que o trabalho de base da Igreja possa ter contribuído para isso aí, se contribuiu?

— O trabalho começou com o pessoal da equipe de saúde da Caritas, que é um órgão social da Igreja, discutindo um pouco saúde. E quando se discutia saúde, se via porque a gente tinha problema de saúde, o problema de saúde qual era. Aí se começou a ver que era falta de saneamento básico, isso é que trazia esses problemas de saúde. Então se via a necessidade de lutar para melhorar seu bairro.

Os moradores começaram a sentir essa necessidade. Hoje o movimento já é tão conhecido, as reivindicações já são tão grandes, a gente já vê tão claramente as coisas que já não se passa por essa via. Mas, a equipe de saúde de Caritas ajudou bastante na formação do grupo e ainda hoje em alguns bairros continua o trabalho da Caritas, com uma palestra sobre saúde, com uma palestra de educação. Agora têm pessoas que estão preocupadas com outro tipo de organização popular. Têm pessoas que realmente se conscientizam dos seus problemas, que trabalham em função dos Amigos de Bairros, são um apoio e não procuram fazer movimento a parte, paralelo. Trabalham como equipes de apoio ao movimento.

— Tem agentes pastorais, padres participando?

— Tem alguns padres participando, mas não é uma tônica.

— Onde foi realizada a assembléia?

— A primeira foi no Centro de Formação de Líderes e a outra no Colégio das Irmãs. Deu algum trabalho, mas foi através dele que a gente conseguiu.

— Qual a composição da coordenação?

— Antes eram 13 pessoas e 3 assessores. Atualmente ficaram 19 coordenadores e 4 assessores. Assessores que funcionam no trabalho permanente junto aos bairros, para passar material, rodar, pegar na massa igual ao coordenador.

— Tem recursos para esse pessoal? Eles são assalariados?

— O movimento se mantém com o trabalho de cada um. Esses coordenadores representante de cada bairro. Então

tem nesse trabalho, então movimento Movimento Amigos de Bairro é ou Os assessores eram os médicos da saúde da Caritas e entraram pro MAB para fazer esse trabalho de bairro, então eles têm uma verba especial para terem e assessorarem o MAB. Os coordenadores fazem o seu trabalho específico. Eu, por exemplo, coordenando o MAB, mas sou membro de educação da Caritas. Então o dinheiro pelo projeto de educação, não tem nada a ver com o trabalho.

— Vocês têm sede?

— Não. Estamos preocupados em formar as bases. Depois a gente prédio.

— A coordenação, socialmente, são de bairro, são funcionários?

— São operários, donas-de-casas. São pessoas do próprio bairro, conselho de representantes que foi retamente dos bairros e depois essa coordenação fez uma etapa de indicação de pessoas que procurou realmente as pessoas mais comprometidas com o trabalho. As pessoas estão ligadas em seus bairros, grupos de bairros. Agora o critério para pessoa era que tivessem trabalho no bairro e que estivesse dentro desse trabalho. Podem ser pessoas que caem assim.

(A partir daqui a conversa com participação de outros integrantes de)

— Lá no seu bairro como é o trabalho?

— Eu faço parte do trabalho do bairro. Lá tem uma associação que reúne moradores de cinco bairros. Lá o trabalho tá um pouco mais estruturado, tem diretoria que é eleita no bairro em votação, tem os estatutos feito de acordo com os moradores.

Nosso maior problema lá foi em questão do despejo. Tem um conjunto residencial no bairro desde 1968, pelo BNB, então a nossa maior luta já foi levar a luta o despejo. Felizmente nós conseguimos suspender esse despejo.

— O senhor mora lá no bairro? Qual a profissão do senhor?

— Eu moro lá mesmo. Sou trabalhador numa carrocinha, moro há tempo no bairro.

— E a turma, participa?

— Quando é dia de reuniões, tem participação ativa. Uma média de umas 150 pessoas. A diretoria se reúne todo dia, para analisar o trabalho da semana.

— A Igreja lá ajuda?

— Igreja lá dá total apoio.

— E você de que bairro é?

— Santa Elisa. É perto do centro, gente tem uma associação de moradores, tem também uma diretoria que foi eleita no bairro em votação. A gente começou o trabalho de organização no bairro em 1978, quando foi fundada a associação. Teve bastante luta lá com a Prefeitura, que o bairro não tem nada, não tem saneamento, não tem esgoto, não tem canalização, não tem luz, o caminhão do lixo só por duas ruas. O problema de esgoto é sério, a gente fez umas reivindicações com a Prefeitura e eles prometeram que iam fazer as obras de saneamento em setembro do ano passado e até agora não foram iniciadas. A gente tem também dois valões lá.

— O Movimento Amigos de Bairro conseguiu fazer surgir outras associações?

— Em outubro de 78 foi realizada uma assembleia lá no bairro, onde vieram 300 moradores. Em julho do ano passado, a gente fez uma assembleia com 70 e hoje está prevista para uns oitenta. Cada dia surgem mais. Na semana passada nós estávamos na Prefeitura e surgiram duas pessoas que souberam da existência e foram lá.

— O fato das pessoas não poderem participar ao bairro, mas terem de vir para as reuniões gerais do MAB, não representa uma dificuldade?

— Não conflita porque o MAB não se reúne todo dia. Esse entrelaçamento de esforços no MAB e depois voltar para o bairro não traz dificuldade. O MAB é como um canal que transmite força. Depois os representantes do MAB vão pros bairros com a ideia que a gente usa aqui do MAB. Porque, assim, a gente vai ver a opinião de vários bairros, e cada um tem uma informação. O MAB é um dinamo, mas as energias vêm dos próprios bairros. A gente faz a coordenação, trabalha mais tempo, mas a reunião de conselho é somente uma vez por mês, e é aí que está o conjunto dos bairros que conseguiram eleger os seus representantes. A reunião da coordenação é com 19 membros. O trabalho nas bases tem sido feito.

— O MAB tem também atividades culturais e recreativas?

— O MAB como um todo, como coordenação tem. Agora, cada bairro cria formas de atrair pessoas, cria suas formas de organização. Agora existe também, e isso está sendo discutido no conselho, a proposta de departamentos, daí pode se organizar melhor, a partir desse estatuto que está sendo discutido para ser aprovado. E acho que neste sentido que você coloca, de atividades culturais.

— Tem Clubes de Mães funcionando dentro do MAB?

— Temos os Clubes de Mães, mas são independentes, são ligados à Diocese.

— Não têm nenhuma ligação com o MAB?

— Não, são independentes. As pessoas que estão na pastoral operária, nos Clubes de Mães e noutras organizações, atuam nelas e também no MAB. Quer dizer, existe relacionamento, mas são independentes.

Uma dificuldade é o poder público que praticamente não faz nada. Se a gente consegue no bairro alguma coisa através de mutirão, consegue uma pequena vitória, e o próprio pessoal vai entendendo que só se unindo é que se pode fazer alguma coisa. Mas a gente diz a eles que, se a gente fizer alguma coisa, aquilo ali não é dever da gente, é dever da Prefeitura, mas a gente tá fazendo dessa forma. Nós damos consciência ao pessoal porque está fazendo aquilo. E o pessoal vai se unindo mais, se fortalecendo mais.

— E quanto às divergências de rumo? Ou não tem divergências, é um grande consenso?

— No fundamental tem unidade. Tem divergências naturais, debates, alterações nos debates, tudo isso existe. Mas, por exemplo, eu tô com uma proposta aqui agora e a companheira rejeita a proposta e então é aprovada a proposta dela; na hora de levar adiante, todos os companheiros estão ali pra trabalhar em cima da proposta. Quando a minha proposta perde, então porque perdi, não vou fazer nada também? Então tem que se respeitar a proposta de um companheiro.

— E para o futuro, como é que vocês estão vendo o movimento desse trabalho?

— A coordenação vai fazer um trabalho em função do desenvolvimento maior no bairro. Por enquanto, tem quatro regionais, mas já é preciso criar mais, vão passar para 6 ou 5. Essa é uma coisa que vamos discutir. Ainda não temos decidido se são 5 ou 6 regionais. Tem regionais por aqui, por exemplo, a regional 4, que é a maior regional do município, que está muito cheia de bairros longe um do outro, e assim fica difícil.

Eu acho que uma das grandes preocupações nossa sempre foi o fortalecimento dos trabalhos nos bairros. Damos uma atenção muito grande a esse aspecto, porque o importante são as bases, são os bairros com suas reuniões, suas reivindicações, o fato de estarem participando muitas pessoas. Porque o conjunto só existe na medida em que cada trabalho de bairro se fortalece mais. Também falando de fortalecimento, consideramos muito importante, por exemplo, o intercâmbio entre as notícias de um bairro para os outros.

— Em termos de perspectivas mais gerais, vocês acham que vão se ligar a outros movimentos, vão enfrentar outros problemas? Vocês estão com os problemas com a Prefeitura, resolvem uns, outros se repetem. Será que vocês acham que esse trabalho deve se ligar a trabalhos fora de Nova Iguaçu, do resto do Estado, do resto do País, alcançar outros objetivos?

— Nós há poucos dias participamos de uma reunião com movimento de bairros que tá formando em Caxias. Lá nós colocamos com eles a necessidade de movimento maior do que aqui, na Baixada Fluminense. Como os problemas de lá são os mesmos daqui, o poder que nós enfrentamos é o mesmo, vimos que a gente pode pensar num movimento maior em termos de Baixada; como também se pode pensar em Grande Rio e aí em Grande Brasil, se temos informação de movimentos de bairro no Rio Grande do Sul e outros lugares.

— E o movimento da carestia, vocês conhecem?

— A gente tá começando com o movimento aqui.

— E com o trabalho sindical, vocês têm algo?

— Existem núcleos de apoio que funcionam quando os trabalhadores estão em greve. Por exemplo, os metalúrgicos aqui. Nós tiramos uma comissão em solidariedade aos metalúrgicos, fizemos distribuição, e ajudamos na organização dos piquetes, participando dos grupos de piquetes; quer dizer, quem organizava os sindicatos, mas nós participamos com eles. Na greve dos professores, nós fizemos reuniões nos bairros, explicando aos moradores porque os professores estavam em greve. Fomos na assembléia falar. E a greve durou um pouco, justamente por isso, que muitos pais não tavam deixando os filhos irem para a escola... Mas eu ia dizendo, fazer trabalho dentro do bairro é um trabalho muito geral, pega todas as categorias. Por exemplo, tem gente do MAB que atua dentro dos sindicatos. Então ele atua na fábrica porque ele é um metalúrgico, atua dentro do bairro, no MAB, porque é um morador do bairro.

— Mas, por exemplo, o MAB não faz um trabalho entre os moradores do bairro que operários orientando para a luta sindical?

— Não. Esse trabalho fica a cargo do sindicato.

— Quais são as dificuldades, os problemas do MAB?

— A maior dificuldade do MAB, atualmente é enfrentar o poder da Prefeitura. Por exemplo, a Prefeitura tá fazendo tudo pra não atender nenhuma das reivindicações do MAB. Depois da assembléia dos 3 mil, o prefeito e mais um deputado federal fizeram uma nota ao ministro da Justiça, dizendo que o MAB é uma organização subversiva, perigosa, que poderia até parar Nova Iguaçu em 24 horas em virtude do MAB ter um poder de articulação muito grande. E dizia que o MAB tinha grandes carros pra conduzir pra lá e pra cá, que era preciso ficar com muita atenção com o movimento de Nova Iguaçu, que estava gerando sérias preocupações à classe política de Nova Iguaçu. Esse é um problema que nós enfrentamos seriamente. Sem falar nas dificuldades financeiras porque nós não conseguimos nada de ninguém. Os bairros é que se

organizam, fazem festa, pra pagar um jornal, pra pagar um aluguel de sala. Isso tudo o próprio bairro faz. A gente quer ter essa independência, não quer se submeter a determinadas coisas que eles querem.

— E as dificuldades internas, às vezes um erro do trabalho ou dificuldades de mobilização de organização?

— Tem bairros, como no meu bairro mesmo, em que acontece isso. Tem hora que o movimento tá no auge, tem hora que dá uma decaída, o que é muito natural. Só que essas decaídas não dão prá dissolver o movimento. E a culpa vai muito na direção de cada bairro, de cada comissão de bairro. Mas sempre que a gente faz um chamamento esse retraimento desaparece...

— E esse negócio de partidos políticos? Vocês andaram discutindo partidos políticos? O MAB tem alguma coisa a esse respeito?

— O MAB teve uma discussão realmente política, mas não de partidos políticos... Eu pessoalmente acho o seguinte: acho que o MAB hoje em dia ainda está numa primeira etapa, que é conseguir alguma coisa para os bairros, com a Prefeitura e acho que a luta da gente ainda vai demorar um tempo em cima disso, devido à grande desorganização da Prefeitura local. Acho esse negócio muito importante, isso é que faz com que as pessoas se organizem nos bairros, cada vez se organizem em mais bairros, e em cima dessa luta imediata que é a luta com a Prefeitura. Isso é que o MAB começou em São João e agora está em Caxias, esse tipo de coisa.

— Quer dizer o que pesa é o interesse mais do bairro, o interesse mais imediato do pessoal, e nisso está uma das razões do fortalecimento?

— Eu acho que essa é a principal razão do movimento estar agora do jeito que está. A primeira assembléia nasceu da necessidade de convidar o prefeito para ele colocar lá para os moradores o que ele poderia fazer para a melhoria das condições de vida do bairro. Dessa assembléia nasceram as audiências com a Prefeitura. E tudo a partir dos bairros, a partir do que os moradores estão sentindo. Essa segunda assembléia dos 3 mil foi também a necessidade que sentiram os bairros de darem um "chega pra lá" na Prefeitura. É como você colocou, a pressão dos bairros é o principal. A gente está muito preocupado com isso, é isso que faz o movimento crescer.

— E a politização do trabalho, vocês têm uma preocupação de politização?

— Eu acho que no geral não tem. Mas, particularmente no meu bairro, a gente faz tudo para colocar todas as reivindicações, mas mostrando que elas são políticas, são reivindicações, mas são políticas porque o poder que está aí manobrando a consciência do povo é um poder político. Então, se é um poder político, a gente tem de entender de política pra poder participar e exigir daquele poder político. Isso é uma coisa. Agora, o que nós não colocamos, são as nossas preocupações, por exemplo, de que a chave para resolver o problema político hoje só pode ser através do PMDB ou através do PTB, ou elemento do PT. Não, isso não colocamos. Amanhã, pode ser que o candidato a prefeito do município seja um elemento do PT, mas que seja um elemento que tenha boas coisas, então nós vamos competir um pouco e votar no elemento mais dedicado ao povo. Isso já é outra colocação, mas a nossa preocupação é não colocar partidariamente nenhum movimento. E na antiga coordenação de 3 companheiros, os companheiros eram filiados a vários partidos políticos; mas nem por isso nós brigamos.

— Essas coisas de Anistia, Constituinte, no entram no trabalho?

— Não. Ainda não entram. Aqui em Nova Iguaçu, um grupo muito neurótico, muito radical, foi quem levou a bandeira da anistia. Então, pra eles, anistia era derrubar o Governo, era o povo no poder, sem nada a ver com isso. O MAB não se chocou com eles, mas também não foi lá. Quando eles faziam os comícios deles, eu ia, o companheiro ia, outros companheiros assistiam, mas não o MAB. E isso é que tem levantado o movimento e tem trazido um certo comportamento da coordenação, porque nós não temos a preocupação de estar puxando as nossas bandeiras na coordenação.

— A coordenação não tem a preocupação de ficar estacando a turma?...

— Em termos de coordenação, a gente executa as tarefas que cabem ao Movimento Amigos de Bairro. Se a gente tem que ir numa reunião da Faferge ou da Carestia, se tira as pessoas que vão falar em nome da coordenação.

— Vocês individualmente têm opiniões?

— Eu acho que existem dentro da coordenação opiniões diferentes, por exemplo, em relação à reformulação partidária: várias não têm posição em relação a isso, mas têm também do PT? tem gente do PMDB. Evidentemente as pessoas que têm, por exemplo, a visão do PT, procuram mostrar essa visão lá dentro do MAB; aí seria o trabalho de cada um, não como coordenação. Existe também um pessoal de oposição à coordenação, e esse pessoal tem uma outra visão do trabalho.

— Eu não sabia que tinha oposição à coordenação.

— Tem. Tem uma outra visão do movimento, uma outra linha de encarar o movimento e esse pessoal está fora da coordenação e até fora do movimento.

— Mas eles não quiseram se eleger aí?

— Não. Eles não fazem parte, eles fazem parte de fora, discordam da orientação. Porque pra você participar da coordenação, existem dois critérios apontados pelo movimento. Um é a pessoa ser ligada, vinculada ao movimento de bairro que ele mora. O outro é existir um movimento nesse bairro.

— E que fosse eleita pelo bairro?

— Não, a coordenação é eleita pelos conselheiros. É feita a indicação de nomes. A coordenação apresenta a indicação de 19 nomes e depois fica em aberto de o conselho apresentar outras indicações de nomes e os 19 mais votados formam a coordenação.

— Quer dizer: se eu trabalhasse em bairro, ajudando um trabalho de saúde ou qualquer coisa, eu podia...?

— Não. Você tem que ser morador do bairro e participante no bairro.

Concretamente, a companheira aqui é do bairro, mas não é representante. Ela é do bairro, a pessoa mais importante do bairro dela, mas não é representante.

— Mas como é que ela não é representante do bairro e está na coordenação?

— O que ocorreu foi o seguinte: nos estatutos que regem as normas da coordenação, foi aprovado que qualquer pessoa que participasse de um grupo de Amigos de Bairro poderia ser eleita para a coordenação, mesmo que não seja um conselheiro eleito.

Então esse grupo que faz oposição, mora no bairro, mas não tem participação de nada no bairro. Eles desenvolvem algum tipo de trabalho. Mas, efetivamente, no dia-a-dia, ter horário, participar do duro do trabalho, que é aquele que fortalece o movimento, eles não participam. Quando as pessoas eventualmente fizeram um trabalho e chegaram até a coordenação, aí vai ser um pouco mais difícil de operar. Quer dizer, aí vai ter que ter uma democracia bem definida. Aí vai haver eleição. Se eles têm um trabalho concreto, direto, poderão ser eleitos.

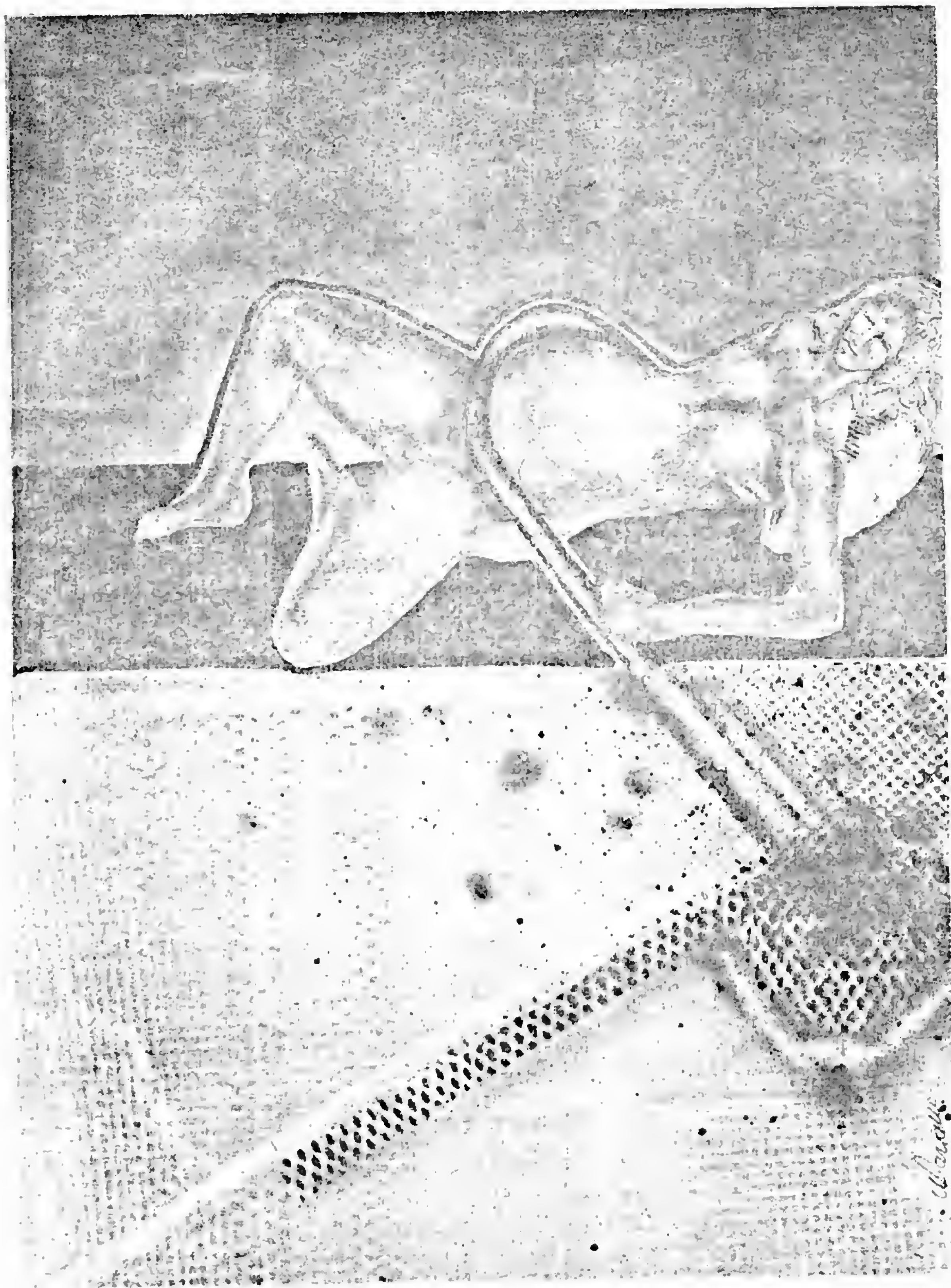
— Vocês tiveram participação no período das eleições? O que é que faz o MAB na ocasião das eleições?

— Na época das eleições de 76 para prefeito, na verdade, o conjunto do MAB preferia o voto nulo, pois achava que tanto a ARENA como o MDB não iam resolver. Agora nas eleições de 78, também o MAB não participou como MAB; agora independentemente, pessoas do MAB que achavam por bem fazer reuniões políticas, como pessoas, mas não como MAB, faziam.

— O MAB participou do debate sobre eleição?

— Participou, mas sem tomar posição... Existe uma preocupação dos moradores hoje em dia, em muitos bairros, quanto às eleições para 80 ou para 82, para vereador. Ouve-se dizer que o povo, que o MAB devia ter seus candidatos; embora não haja posição unificada, tem gente que acha que o MAB tem que lançar um prefeito e vereadores e isso já é mudança porque a imagem que o pessoal tem de político é de um cara que, em época de eleição, traz algumas lâmpadas para as ruas. Agora, quer dizer, de 4 anos para cá, é que alguns bairros acham que também não é só dizer que os políticos não prestam, mas talvez ver que é preciso arranjar políticos melhores. E se pensa no MAB, e tal, mas a nível de coordenação não existe nada pensado.

Pílulas & Abortos



Tradição

Quais são as experiências de planejamento familiar nos países que se dizem socialistas? Quais são suas necessidades sociais, econômicas, demográficas e humanas? Existem dois casos que merecem ser analisados particularmente — a Argélia e a Iugoslávia — não só pelos esforços desenvolvidos por seus governos, como também pela resistência que têm encontrado devido à estrutura

extremamente tradicional de suas sociedades.

Abaixo transcrevemos duas matérias de Daniel Junqua e Paul Yankovitch publicadas no Le Monde (20/8/80), onde se vê que mesmo os aspectos indubitavelmente positivos do planejamento familiar — a proteção da mãe e da criança — encontram enormes dificuldades para ser implantados.

Iugoslávia: 300 mil abortos por ano

O planejamento familiar é regulamentado na Iugoslávia por uma vasta legislação federal assim como pelas legislações próprias a cada uma das repúblicas federadas. Um dos princípios fundamentais diz que "o homem tem o direito de decidir livremente sobre o nascimento de seus filhos". Segundo esta determinação, a mulher, casada ou não, tem o direito de recorrer em qualquer momento ao aborto, sob a condição de que seu ginecologista dê o seu consentimento e que a gravidez não tenha ultrapassado o período de dez semanas (além desse tempo, o aborto precisa ser autorizado por uma comissão de especialistas).

O aborto é livre, há mais de 10 anos

O direito de aborto é igualmente reconhecido para as menores, desde que obtenham autorização prévia dos pais ou do tutor. Sendo os estabelecimentos de saúde "propriedade social", os médicos não podem alegar nenhuma razão contra a intervenção. As despesas da mulher são mínimas: entre 400 e 1600 dinares (correspondendo aproximadamente a 500 e 2.000 cruzeiros).

Infelizmente, em certas regiões distantes dos grandes centros urbanos, a mulher nem sempre procura o médico; recorre aos serviços de pessoas não especializadas e a intervenção assim é feita em péssimas condições e com instrumentos primitivos. Esses casos, quando são descobertos pelas autoridades, são severamente punidos.

A lei sobre a liberdade de aborto, em vigor há cerca de dez anos, precisou enfrentar fortes debates, particularmente devido à oposição firme da Igreja (cujas observações, no entanto, foram afastadas em vista de sua separação do Estado).

Para evitar a gravidez, a mulher iugoslava tem à sua disposição os anticoncepcionais vendidos nas farmácias, alguns sob receita médica, outros livremente. As farmácias,

também "propriedades sociais", são obrigadas ao fornecimento imediato. A produção de contraceptivos porém, é insuficiente, principalmente a "pílula", de fabricação suíça e alemã, sob licença. A indústria farmacêutica explica a carência argumentando que o preço de venda é extremamente baixo, não-lucrativo, como também a falta de divisas impede a importação de certas matérias-primas necessárias à produção.

Calcula-se que apenas 50% das mulheres iugoslavas utilizem os anticoncepcionais. Na região de Kosovo, a mais tradicional do país e de mais alta fertilidade em toda a Europa (com famílias que chegam a dez ou 15 filhos), a grande maioria das mulheres se recusa a usar contraceptivos de qualquer espécie; em consequência, a forma mais ampla de interrupção da gravidez é o aborto.

Italianas, alemãs... Rumo à Iugoslávia

É impossível avaliar o número exato de abortos, mas calcula-se que atinja os 300 mil por ano. Certos ginecologistas consideram que o número é bem mais alto, tratando do assunto como uma espécie de calamidade nacional (a Iugoslávia tem 22 milhões de habitantes). Como forma de combater esta situação, especialistas e clínicos gerais de todos os estabelecimentos de saúde do país fornecem conselhos de prevenção gratuitamente. Também a imprensa publica matérias deste tipo com frequência e em certas escolas funcionam cursos de educação sexual.

Existe um grande esforço para a construção de uma rede de centros de aconselhamento em todas as regiões do país. O que já existe nesse sentido está à disposição permanente da mulher casada e das jovens estudantes. No entanto, devido ao número insuficiente de estabelecimentos, estes estão constantemente superlotados, e o médico, em consequência, pode dedicar apenas um tempo limitado aos que vêm fazer consultas.

Apenas na Capital, em 1979, estes centros receberam cerca de 700 mil visitas.

Para o semanário *Nin*, de Belgrado, segundo uma recente pesquisa, o número impressionante de abortos se deveria, em primeiro lugar, à situação financeira precária de alguns estabelecimentos de saúde, onde se declara abertamente que são os abortos "que nos sustentam". De fato, enquanto por uma simples consulta recebem apenas algumas dezenas de dinares, os abortos, pagos pelos serviços de

assistência social, rendem 10, 20 ou 30 vezes mais.

A liberdade de aborto na Iugoslávia é benéfica especialmente para as mulheres estrangeiras. As italianas, alemãs, austríacas e francesas, principalmente durante as férias de verão (meados do ano), procuram os hospitais iugoslavos onde sempre se arranjam as formas legais de atendê-las sem muita dificuldade. Elas, claro, pagam um preço mais alto por um aborto. (Paul Yankovitch)

Argélia: o ciclo da mortalidade infantil

A contracepção, ou "o espaçamento dos nascimentos", segundo a designação oficial, não é mais questão tabu na Argélia: já há alguns meses que a imprensa expõe persistentemente esse tema e divulga as atividades postas em prática nesse campo. Os resultados continuam modestos, e os meios empregados estão longe de responder a uma demanda crescente, aparentemente, ao menos nos grandes centros urbanos ao norte do país.

Embora sejam apresentados sistematicamente — e com razão — como um meio de proteger a saúde da mãe e da criança, comprometida pelos nascimentos muito próximos um do outro, a aplicação dos métodos contraceptivos se choca contra numerosos obstáculos: o lugar da mulher na família e na sociedade tradicional, onde ela é essencialmente valorizada por sua função de mãe; o peso das proibições religiosas; a insuficiência das estruturas médica e de saúde; as

condições de vida, sobretudo de saúde, e a taxa de analfabetismo entre os adultos, particularmente entre as mulheres.

Mas a urgência de uma política sistemática de espaçamento dos nascimentos é a maior parte. O recenseamento de 1977 revelou que a população argelina, pouco tempo atrás de 18 milhões, continuava a crescer a uma taxa de 3,2% ao ano, e prevê-se que, no fim do século, ela poderá atingir 30 milhões, mas a taxa de crescimento é considerada

medíocres, e a elevada taxa de crescimento entre os jovens, em particular entre as mulheres.

Uma política de espaçamento dos nascimentos é necessária para a saúde da população. O recenseamento de 1977 revelou que a população argelina, pouco tempo atrás de 18 milhões, continuava a crescer a uma taxa de 3,2% ao ano, e prevê-se que, no fim do século, ela poderá atingir 30 milhões, mas a taxa de crescimento é considerada

A mulher por volta dos 18 anos

Como todos estes fatores foram divididos sem a menor hesitação, redigidos e ensinados no Hospital Mustafá, em Argel, em lugar cada um de uma disciplina social.

Os delinqüentes, que é basicamente de planejar discretamente, mas, em qualquer caso, decide-se o "espaçamento" com a proteção que deve ser dada à atividade científica especial. Os espaçamentos totalizaram 80 mil nascimentos, um método contraceptivo mais conhecido como *sterilet*. Os nascimentos significativos, 10% dos nascimentos durante a vida, pelos centros de planejamento

É verdade que um vasto trabalho familiar e comunitário é necessário em um primeiro plano. E o planejamento considera um método, mas principalmente a saúde da mulher e de evitar

isa cedo, s 18 anos

dos tempos, e muitos outros amplamente e ensura em uma planificada recente. Quarta Jornada e ensino pós-hospital Mustafá, não concede um lugar aos temas em repercussão

entaram a experiência argelina, em 1967 na capital, ainda, permanecendo a partir de 75, progressivamente os nascimentos" os centros de planejamento (PMI), técnicas de espaçamento dos nascimentos. Essa foi por mulheres e de reciclagem os centros de planejamento totalizaram 80 mil consultas; utilizaram um método de intervenção de um evitado 40 mil bastante significativo a modéstia empregados. Os enfim que es de mulheres criar passaram, cinco anos, espaçamento de

lançamento de planejamento por uma campanha de grandes resistências debates fortemente muçulmano que o espaçamento não é simplesmente como a natalidade, de proteger a das crianças, e correntes.

* A mortalidade infantil, de fato, é considerável: ultrapassa o número de 110 em cada mil crianças no primeiro ano após o nascimento (compare-se com as 11,5 crianças em cada mil na França). Das 750 mil crianças nascidas anualmente na Argélia, apenas 500 mil ultrapassam a barreira dos cinco anos. Estas considerações são agravadas ainda mais pelo número relativamente alto de abortos. Cria-se assim um ciclo infernal em que as mulheres procriam mais para compensar as perdas devido à mortalidade infantil. Casam-se jovens, por volta dos 18 anos, e têm em média uma dezena de filhos a intervalos curtos. A integração das técnicas de espaçamento dos nascimentos aos centros PMI visa em primeiro lugar a permitir que as mães "procriem menos para procriar melhor", multiplicando as chances de sobrevivência das crianças menos fortes.

Mesmo considerada dessa forma, a contracepção está longe da aceitação geral. As especialistas têm freqüentes problemas com a polícia devido às queixas feitas pelos maridos. Também não é raro que as mulheres mesmo voltem para pedir a retirada de seus *sterilets* após a divulgação de um sermão religioso na televisão. Os médicos gostariam que o problema fosse resolvido por toda a comunidade, e que todos, inclusive as autoridades religiosas, assumissem as suas responsabilidades: existe uma decisão do Conselho Islâmico admitindo o princípio da contracepção em escala individual, mas é pouco conhecida.

Os textos legislativos permanecem vagos e não estão adaptados à realidade social atual. São obscuros em muitas questões. O código de saúde prevê, por exemplo, a possibilidade do aborto terapêutico quando a vida, ou simplesmente a saúde da mãe esteja seriamente ameaçada. O procedimento então é simples, necessitando da assinatura de apenas dois médicos; no entanto, não há nenhuma disposição específica sobre as violações ou incestos seguidos de gravidez.

Da mesma forma, os textos não determinam com clareza os direitos do marido. O código de saúde prevê que ele não pode se opor a um ato médico que tenha o consentimento da mulher. O marido não tem nenhum direito sobre o corpo da mulher, além dos direitos conjugais. A contracepção, porém, pode ser considerada como um atentado ao direito conjugal? A inexistência de um código da família, eternamente em estudos, não permite responder a este tipo de questões. Igualmente, não existe regra precisa sobre os menores — dependentes da autorização dos pais apenas; segundo parece — ou mesmo das mulheres celibatárias. Enfim, com que idade uma mulher pode ser considerada "maior" neste campo: 16 anos, idade legal do casamento, ou 18 anos, idade da maioridade civil?

Sem estas respostas, os médicos

têm que agir por consciência, correndo os próprios riscos. Eles protestam contra esta "medicalização" de um problema que diz respeito a toda a sociedade.

Durante uma entrevista à televisão francesa, em novembro do ano passado, o presidente Chadli Benjedid tomou posição inequívoca pela política de espaçamento dos nascimentos. Mas, isto, acreditam os médicos agora, deve-se concretizar legal e financeiramente.

Será preciso fazer grandes esforços no campo da formação, particularmente para o pessoal paramédico. Isso significa achar um lugar para as "parteiras" que tradicionalmente assistem às parturientes no campo.

Apenas 40% dos nascimentos se dão, na verdade, em meio médico, e é preciso que isto seja reforçado se se deseja colocar um freio no crescimento demográfico.

O medo de violentas reações de rejeição

Os especialistas em planejamento baseiam suas previsões nesse campo em dois fatores: primeiro no alongamento da duração da vida, depois na redução da taxa de fertilidade. O resultado, dizem, será uma elevação da taxa de escolaridade e uma extensão do trabalho feminino.

Alguns sociólogos contestam esta análise, lembrando que a porcentagem de escolarização das meninas com relação aos meninos não aumentou nos últimos dez anos.

As mulheres são retiradas muito cedo das escolas, o que, aliás, também reduz as possibilidades de informação sobre os mecanismos da reprodução e dos meios de controlá-la. Da mesma forma, a atividade profissional não emprega senão 25% das mulheres em idade de trabalhar, contra 35% dos homens. Conclui-se que apenas uma revisão profunda do papel e do lugar da mulher na família e na sociedade poderá agir sobre a evolução demográfica e de suprimir uma quantidade de problemas médicos, inclusive psíquicos.

"Para que uma política de espaçamento dos nascimentos pudessem ser bem sucedida", declara então um sociólogo, "seria preciso que as mulheres adquirissem consciência e tomassem o controle de seus corpos". Também seria preciso que os homens tomassem consciência de um problema que diz respeito a eles tanto quanto às mulheres. Levando em consideração o peso das tradições, dos costumes e das interdições de ordem religiosa e social, esta evolução deve ser conduzida com prudência, se não, se quiser provocar violentas reações de rejeição.

(Daniel Junqua)

Democracia dentro de nossas casas

Mirian Chrystus

"E ganhou, por maioria de votos" — anuncia quem estava dirigindo a reunião após a onda de assassinatos de mulheres por maridos ciumentos em Minas Gerais — "o nome Centro dos Direitos da Mulher". Uma senhora, ao meu lado, pertencente ao Movimento de Renovação Cristã, me fala em voz baixa: "é um momento histórico".

Ocorre-me que ouvi essa mesma frase dita pela socióloga Moema Toscano cinco anos antes, no momento em que se criava o Centro de Desenvolvimento da Mulher, no Rio de Janeiro, em 1975 — Ano Internacional da Mulher. E, convenhamos, apesar de toda a euforia de pessoas que dizem: "mais uma vez parte de Minas a iniciativa... as mulheres mineiras lideram...", a reflexão deveria, na verdade, ser bem outra: "por que em Minas demorou quase cinco anos para ser criada uma entidade que já existia em cidades como Rio e São Paulo?"

Pois, como mencionamos no histórico do movimento feminista em Minas, em 1975 registra-se a tentativa da criação de algo semelhante em Belo Horizonte.

Tentou-se fazer um debate sobre a situação da mulher promovido pelo Diretório Central dos Estudantes, que na época realizava debates sobre a situação da literatura no Brasil, a música brasileira, o teatro, a censura etc. Mas a diretoria do DCE reuniu-se e considerou que seria "esquisito" promover um debate sobre a mulher. Por seu lado, o *Jornal de Minas*, que na época havia conseguido por curto período a simpatia de setores estudantis por suas denúncias de exploração do minério por multinacionais, ofereceu o patrocínio.

Dias antes de realizar-se o seminário sobre a situação da mulher, que incluía temas como a prostituição, o problema das domésticas, a questão da dupla jornada de trabalho e a anistia, o referido jornal deu uma guinada à direita e estampou, em página inteira, um editorial totalmente favorável à morte do jornalista Vladimir Herzog. Entre fazer ou não o debate anunciado, ficou-se com a primeira opção. E pedir a demissão logo que o mesmo acabasse.

Da tal semana de debates nasceu um pequeno grupo que se reunia aos domingos para discutir a questão da mulher a partir do ponto de vista de Reich porque o aspecto sexual era o que mais chamava a atenção daquelas 10 mulheres. E, diga-se de passagem, tudo que se tentava fazer, dizer ou promover era atacado por todos os lados com as seguintes conside-

rações: "e pelas operárias, o que vocês estão fazendo pelas operárias?" "A questão principal é a luta de classes, organizações paralelas significam apenas divisões de forças dentro do processo de transformação social".

Mas essas "vanguardas" esqueciam-se de algumas coisas: que em 1975 nenhum setor estava fazendo nada pelas operárias simplesmente porque todas as forças progressistas estavam colocadas bem longe delas (os sindicatos dominados por pelegos, muitos intelectuais exilados, a censura a todo vapor etc.). E que, como disse Gramsci, não há necessidade de toda a sociedade transformar-se para haver a transformação de uma pessoa.

Enfim, não precisamos nos alongar em considerações para imaginar que não nasceu centro nenhum nessa época. E que o próprio grupo de mulheres terminou, também por suas próprias contradições, dissolvendo-se melancolicamente. Se reavivo essas recordações é porque algumas das forças que impediram o nascimento de organizações diferentes das institucionais ainda continuam bem vivas. Pois como disse Ana Lúcia Gazolla, na abertura do ato público do dia 18 passado em defesa dos direitos da mulher: "alguns setores se opuseram a este ato público. Alguns que se dizem vanguarda social, chamaram-nos de reformistas. Querem que esperemos. Mas que esperemos até quando? Outros, os conservadores, acusaram-nos de emocionalismo. Dizem que movimentos como este não levam a nada. Os dois, através de argumentos diversos, nos pregam a mesma coisa: o silêncio que nos foi imposto por séculos, o imobilismo até o próximo tiro".

Pois foi contra esse imobilismo que organizamos o ato público nas escadarias da igreja mais tradicional de Belo Horizonte. E contra não só a morte de duas mulheres de classe média alta por seus maridos ciumentos, como também contra todo tipo de violência cotidiana a que é submetida a mulher. No seu ambiente de trabalho, quando recebe salários desiguais aos dos homens; quando não tem as creches a que tem direito até pela legislação; quando recebe tratamento não profissional de patrões e até de companheiros de trabalho. E também em casa quando realiza dupla jornada de trabalho: ao invés de tarefas domésticas serem partilhadas por toda a família; quando é maltratada por seu próprio companheiro. Pois, como dissemos no manifesto lido no ato público: "é certo que devemos participar de um processo de transformação por uma sociedade brasileira mais justa, mas esse processo deve incluir nossas reivindicações, nossa luta para melhorar a situação da mulher. E a democracia deverá começar dentro de nossas casas".

Mirian Chrystus é jornalista e foi uma das organizadoras do ato público contra os assassinatos de mulheres por seus maridos em Belo Horizonte.

O esquadrão dos maridos

Um novo esquadrão da morte age impune na sociedade brasileira: o esquadrão dos maridos ciumentos. Tão violentos quanto o famigerado grupo de torturadores do Fleury, mas muito mais ilustre pois conta em suas fileiras com um herdeiro de nossa burguesia crioula, além de representantes da tradicional família mineira.

Os precursores do esquadrão lavaram sua honra e permaneceram impunes. O que acontecerá com seus sucessores?

A tradicional família mineira é pródiga em exemplos da hipocrisia do "lar doce lar" do qual as mulheres são supostamente rainhas. Mas o record regional indica um fato cotidiano: a violência na sociedade brasileira é violência da classe e é também violência sexista. E esta é a face mais negra da opressão sexual.

Mas por que a opressão sexual?

A resposta é difícil. "O corpo só se torna uma força útil quando é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submetido", diz Foucault. Esta é a história das mulheres: ter seu corpo submetido para reproduzir. E a submissão é conseguida pela força (as leis, ou pela força das idéias a moral).

Assim tanto quanto o código civil, o mito da mulher esposa fiel e mãe admirável, eternamente serva do marido presta para aprisionar as mulheres no seu papel de reprodutores obedientes ao seu amo e senhor. Aquelas que transgridem o código de honra são punidas com a morte.

A denúncia das violências de que são vítimas as mulheres, dos espancamentos, dos estupro, dos assassinatos vem sendo feita pelos grupos de mulheres em todo o mundo.

Das denúncias surgiram as propostas de casas de mulheres, de SOS telefônico que permita às vítimas romper seu isolamento, buscar ajuda, conhecer seus direitos e até encontrar apoio para fugir ao martírio cotidiano.

No Brasil os primeiros projetos para casas de mulheres e permanências de tipo SOS apenas começam a ser discutidos pelos grupos feministas.

A tragédia de Minas, a denúncia das mulheres mineiras recoloca o problema: desmascarar a dupla moral sexual que reduz as mulheres a um visual a ser manipulado, comprado e destruído e que dá aos homens plenos poderes sobre a vida das mulheres.

(Elizabeth Souza Lobo)



Maria Regina assassinada

Quando na madrugada do dia 26 de julho, o engenheiro Márcio Stancioli descarregou, por duas vezes, seu revólver "Taurus" calibre 38 em sua mulher, Eloisa Balesteros Stancioli, certamente não pensou que seu "crime passionai" seria o pivô e ponto de partida para um debate sobre o machismo e violência que hora se trava em particular em Belo Horizonte e muito menos, que a partir daí as mulheres mineiras viriam construir uma entidade para defender seus direitos.

"A prostituta escarlate da Babilônia", assim Evandro Lins e Silva, converteu de vítima à ré Ângela Diniz, assassinada em 76. E na justificativa de "legítima defesa da honra", Doca Raul Street foi absolvido. Por traz deste "crime por amor", corriam interesses escusos, nos quais Doca estava envolvido em uma poderosa rede internacional de tráfico de drogas. A imprensa, em sua maioria, encarregou-se, antes mesmo do júri, de absorver Doca e por conseguinte, condenar Ângela.

O engenheiro Stancioli, sabiamente instruído pelo criminalista Ariosvaldo Campos Pires, conhecido por seus malabarismos quando da absolvição do empresário mineiro Roberto Lobato, por ter assassinado sua mulher João se apresentar após seis dias do crime, para um depoimento de 12 horas, buscava ser um novo Doca Street, outro que matou em legítima defesa da honra. Ao contrário do crime de Búzios, o caso Stancioli não goza da simpatia da opinião pública. Eloisa Balesteros de vítima, ainda não se transformou em ré, sem direito de defesa. E o engenheiro bem sucedido, com seu salário mensal de 180 mil cruzeiros, não é primeira página da revista "Fatos e Fotos", como foi Doca, anunciando um futuro livro de memórias sobre sua vida com Ângela.

Os crimes são justificados pelas mesmas razões: ciúme doentio, traição, amor não correspondido. Mas não se dá sempre de forma idêntica: Stancioli não conta, antes de tudo, com os amigos poderosos de Doca, trabalhando nos bastidores. E sobretudo, o movimento das mulheres mineiras, que chamaram a si a responsabilidade da condenação de Stancioli, na busca de manter vivas as Eloisas, Jôes, Reginas, Ângelas, de manter enfim a dignidade feminina.

Mas a violência contra as mulheres não se restringiu ao "caso Stancioli": no dia 11 de agosto, Maria Regina Rocha, por ter a ousadia de propor desquite a seu marido, o paisagista Eduardo Rocha, também foi assassinada por seis tiros. Outros três crimes "passionais" ocorreram em agosto na capital mineira, embora, pela condição sócio-econômica de seus protagonistas, não ganharam destaque nos jornais. Para estes João Ninguém, como bem definiu o jornalista mineiro Celius Aulicus, "um dia diante de um júri popular composto de banqueiros, negociantes, e mais gente apressada, todos querendo verem-se livres daquela chateação,

eles ouvirão a acusação feroz do promotor e a defesa chocha de um advogado de ofício, com honorários fixos pagos pelo Estado, possivelmente um neófito recém saído dos exames de Ordem. E todas as agravantes lhe serão imputadas. E uma pena pesada lhe será imposta por tão feio crime".

Entre as pichações de "Abaixo a Ditadura", "Viva o PT", Ato Público de Protesto, Dia tal, tantas horas...", surgiu em princípios de agosto uma nova e polêmica pichação, em um muro qualquer de BH: "Se se ama, não se mata". Tirando a máscara, nesta frase que a primeira vista pode aparentar banal, dos que buscam justificar suas fraquezas, seu machismo, sua violência, no amor.

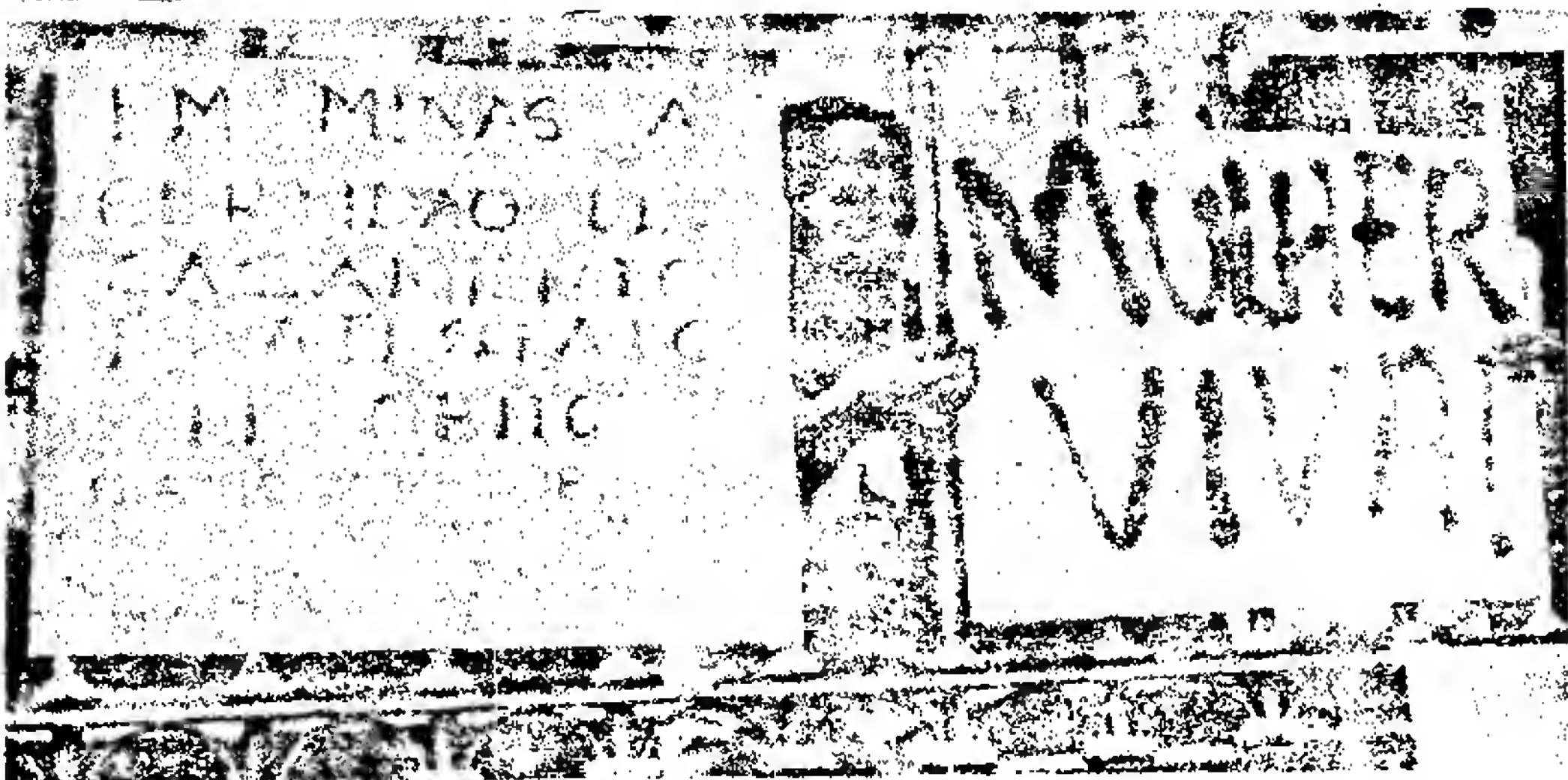
A discussão dos crimes passionais alcançou e alcança as filas de ônibus, os caixas de supermercados, as mesas de bar, durante o mês de agosto e até hoje. O jornal **Estado de Minas**, além da cobertura cotidiana dos crimes, abriu suas páginas para depoimentos de homens e mulheres, sobre o caso Stancioli. No total: 36 pessoas condenaram em diferentes graus, com diferentes argumentos, a violência e o machismo.

Enquanto isso na Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, cerca de trinta mulheres, entre elas professoras, estudantes, donas-de-casa, jornalistas, decidiram pela realização de um Ato Público e missa em memória das vítimas do crime mineiro. No Ato, várias entidades, associações de classe, partidos políticos, manifestaram seu apoio ao movimento feminino que se formava a partir daquele momento. As 500 lá reunidas criaram o Centro de Defesa dos Direitos das Mulheres. Para a socióloga Celina Albano, líder do movimento, o objetivo é que o Centro seja "um lugar de discussão e reflexão, um espaço de defesa contra a violência de que somos vítimas cotidianamente. Ele deve encaminhar, por exemplo, a discussão sobre legislação trabalhista, fazer denúncias que julgar pertinente, interferir nas discussões jurídicas e dar suporte à busca de soluções dos problemas que as mulheres vivem no dia a dia".

Na primeira reunião do Centro, as mulheres presentes e alguns poucos homens, procuraram definir o papel da entidade e seu funcionamento. Desta forma, cinco comissões foram formadas: imprensa, legislação, arquivo e documentação, e plano de ação.

A criação de um boletim informativo entre as associadas, a venda dos jornais alternativos e de publicações específicas sobre a luta feminina são as principais tarefas da comissão de imprensa. A comissão de legislação tem como objetivo imediato a criação jurídica do Centro, bem como estudar formas de atendimento às vítimas da violência.

Sobre o plano de ação, serão realizados debates e conferências sobre alguns pontos considerados prioritários e a partir daí se definirão os princípios da entidade.



Em Minas, o protesto nas ruas

Um caso, dos muitos sem repercussão

"Esmeralda Vigia Dias, 24 anos, estudante do 4º ano de jornalismo na Faculdade Objetivo, casada há 9 meses com Jucá, cearense, bancário, formado em administração de empresas, de temperamento muito agressivo e muito ciumento.

Todos os dias Jucá levava Esmeralda para a escola às 19 horas, e ficava esperando no carro até a hora que ela saía, às 23 horas, controlando todos os seus movimentos e amizades.

Em sua lua-de-mel, Esmeralda sofre seu primeiro espancamento. Depois de cada surra Jucá chorava pedindo desculpas, e prometia não bater mais, promessa que nunca cumpria. Durante os nove meses de casada Esmeralda foi espancada inúmeras vezes, e depois de cada espancamento Jucá a obrigava a sair com ele sorrindo, para mostrar a todos que tudo estava bem.

Não aguentando mais a situação Esmeralda resolveu abandonar Jucá, voltando a morar na casa dos pais. Numa tentativa de se readaptar a nova vida, de se reencontrar, Esmeralda participou de um Encontro de

Jovens na paróquia de seu bairro. Assim que soube Jucá foi procurá-la e arrependido apelou para o espírito cristão da mulher, marcando um papo sobre o relacionamento dos dois para o almoço de sexta-feira.

No dia marcado Jucá vai buscar Esmeralda na fábrica de móveis onde ela trabalhava, na Lapa, e foram se encontrar juntos. No caminho começam as brigas. Jucá bate em Esmeralda, tenta estrangulá-la, e quando ela estava quase sem sentidos, desfez três facadas: uma no olho, uma no pescoço, e a terceira na altura do coração. Nesse instante os populares resolvem intervir, prendem Jucá e levam Esmeralda para o hospital, onde fica quatro dias na UTI, sofre 30 transfusões de sangue e, não resistindo, morre quarta-feira dia 13 de agosto.

Jucá é preso em flagrante, e aguarda julgamento. Seus rendimentos não são suficientes para pagar um grande advogado, o que não constitui um grande problema para ele, já que quatro advogados foram procurados se oferecendo para cuidar do caso." (Depoimento de Gilberto Trida, colega de classe de Esmeralda).

Mulher, profissão jornaleira, vitimada pelos fascistas

Tereza, jornaleira do Itaim Paulista que teve sua banca queimada em virtude de um atentado do terrorismo de direita fala ao EM TEMPO.

- Como foi o atentado na sua banca?
- Quando eu vim abrir a banca tinha um bilhete colado na porta que dizia o seguinte: "Sr. Jornaleiro, talvez o Sr. não saiba mas vendendo alguns ou todos os jornais abaixo relacionados está colaborando para a proliferação do comunismo em nosso país. Em nome da nação exigimos que pare imediatamente com as vendas. Pasquim, Em Tempo, Movimento, O Trabalho, O Trabalhador, Companheiro, etc. Caso o Sr. não atenda nossa exigência, seremos obrigados a tomar medidas drásticas". Aí, eu peguei o panfleto e fiquei com medo. A porta da banca estava meio quebrada em baixo e eu mandei arrumar. Fui na 15ª delegacia e dei parte. Disseram que iam mandar para o DEOPS. Aí eu fiquei pensando, "Não vou mais vender". Fui na agência saber se mais alguém recebeu o panfleto. Mas ninguém comentou nada. Fiquei naquela, um dia expunha os jornais, noutro eu escondia, depois tornava a expor, até que resolver não ligar mais. Passou um mês, e aconteceu o atentado. Botaram fogo na banca e não ficou nem a carcaça.

- E como é que você fez para comprar a nova banca?

- Os jornais ameaçados me ajudaram. Eles me deram Cr\$ 80.000,00 como ajuda inicial, e agora eles vão tentar fazer um bônus para conseguir mais dinheiro. Com os Cr\$ 80.000,00 dei de entrada nessa banca e estou pagando as prestações.

- E os jornais citados no panfleto, você ainda está vendendo ou resolveu parar?

- Parar. Existe o medo. Nós não temos nenhuma segurança. Por outro lado eu acho absurdo a banca do aeroporto parar de vender, lá eles tem segurança porque ninguém vai botar fogo no meio do aeroporto, mas aqui não dá não.

- Mudando de assunto, porque você, enquanto mulher, escolheu essa profissão de jornaleira?

- Porque nunca tive muito talento para bater a máquina.

- E como é que é uma mulher nessa profissão. Você recebe muitas cantadas, você acha que o fato de ser mulher facilita as coisas?

- Cantadas recebo sim, mas não acho ruim não, acho até que o fato de ser mulher facilita as coisas. Se o freguês é homem trata a gente com delicadeza, se é mulher trata de igual para igual. Acho que o fato de ser mulher só ajuda.

- Uma última pergunta, corre a notícia que a polícia vai sair por aí recolhendo revistas pornográficas. Já passou alguém por aqui?

- Pois é, eu só estou sabendo disso por ouvir falar. Por aqui ninguém passou. O problema é que não estipulam quais são as revistas pornográficas. O que é esse pornográfico? Se se permite a circulação, a censura libera a revista e permite a distribuição a gente tá para vender. Agora, começam a recolher na banca e a gente é que paga outra vez. Porque tudo que está aqui a gente paga na hora que recebe. O prejuízo com a queima da banca foi grande porque tudo já estava pago, e as editoras não querem saber. Agora vem a polícia e recolhe as revistas pornográficas que eu já paguei. Qual é?

As estrangeiras no exílio

Os problemas que as mulheres enfrentam nos países onde são estrangeiras, principalmente quando são exiladas

Por Márcia Lins

Graziela, argentina: "em meu país as mulheres são 1/3 dos presos, 1/3 dos mortos e 1/3 dos desaparecidos."

Porque o Brasil

Escolhi o Brasil para me asilar porque é o único país do Cone Sul onde podem refugiar-se latino-americanos perseguidos: argentinos, uruguaios, paraguaios, chilenos. Não sei se depois da nova Lei sobre Estrangeiros isto vai continuar, mas até o momento só existe o Brasil. A decisão de partir nem sempre é tranquila: um dia se chega em casa e está tudo revirado, vasculhado. Então se sabe que é hora de partir. Quem tem documentos pode sair legalmente, de avião. Os outros procuram atravessar a fronteira entre as muitas pessoas que vêm ao Brasil fazer compras.

A maioria das pessoas que vêm para o Brasil desconhecem a existência de um escritório do Alto Comissariado da ONU.

Para um refugiado latino-americano é muito difícil conseguir um emprego. Há uma grande dificuldade para legalizar os papéis, a burocracia é inacreditável. Somente um pequeno número de refugiados conseguiu a residência. A maioria trabalha em condições de sub-emprego.

Nós mulheres, temos dificuldades maiores, pois a maioria é composta de donas de casa e professoras, o que limita bastante as possibilidades de um bom salário.

Como vive uma estrangeira.

Algumas mulheres, cujos maridos desapareceram, vieram para o Brasil com os filhos, outras mandaram buscá-los depois. Nestas condições é mais difícil recomeçar: há problemas de adaptação, - escola e até documentação, pois muitas crianças perdem seus papéis ao deixar suas casas. Alugar uma casa é muito complicado. Geralmente não conseguimos viver sozinhas, mas assim em casas coletivas, alugadas por uma de nós mediante depósito de uma certa quantia. Algumas vezes as imobiliárias exigem uma garantia; como a maioria não tem uma situação regular, a casa é alugada por outra pessoa, geralmente um amigo.

A partir da nova lei, a situação agravou-se. Há muitas companheiras que, ao tentarem alugar uma casa ou renovar o contrato se viram diante da resposta de que isso só seria possível depois de agosto, prazo da aprovação da lei sobre estrangeiros.

Mulheres de desaparecidos

O problema dos desaparecidos se coloca em dois níveis: a situação psicológica da mulher e dos filhos, e a questão jurídica. O governo argentino pretendeu dar uma solução ao problema fazendo uma lei que é aberrante sob todos os aspectos: pedir a declaração de falecimento de um desaparecido pode significar sua morte. Qual seria o interesse de manter vivo alguém que já está legalmente morto? A única solução possível é que o governo apresente uma lista oficial de desaparecidos e a situação em que se encontram.

As ameaças da lei.

No Brasil, o que tenho notado é muita solidariedade por parte do povo, o que, não representa uma garantia diante da nova lei. A partir dela tenho notado a dúvida das pessoas, das imobiliárias que aguardam sua aprovação para decidirem como agir em relação aos estrangeiros. As dificuldades burocráticas aumentaram: a maioria dos pedidos de residências estão parados.

Há ainda as pichações de muros dizendo "Fora Estrangeiros", mas não acredito que expressem os sentimentos do povo brasileiro.

Esta situação de insegurança criada pela nova lei agrava de tal maneira o problema do refugiado que muitos já pensam em fazer as malas e partir. Há um temor generalizado do que acontecerá aos que permanecerem no país como já aconteceu diversas vezes, em outras ocasiões na região do Cone Sul. Para os que não possuem documentação legal e pretendem deixar o Brasil a única solução é o pedido de refúgio através da ONU. Aos que

conservaram o passaporte coloca-se a questão financeira, pois a maioria não tem dinheiro para viajar e se instalar em outro país.

A incerteza do que acontecerá a partir da nova lei e a perspectiva de recomeçar a vida em outro país são problemas que preocupam os estrangeiros. A maioria veio para o Brasil pensando em ficar; muitos conseguiram organizar uma vida estável, principalmente pela proximidade da família, há sempre a possibilidade de contato e de ajuda. Partir significa enfrentar novas dificuldades de adaptação e distanciar-se mais ainda da família e do país de origem.

O CBS - Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América-Latina tem procurado desenvolver um trabalho no sentido de assessorar e orientar juridicamente os refugiados que pretendem continuar no Brasil, constituindo-se num órgão de ajuda efetiva às pessoas atingidas pela lei.

Cristina, brasileira: "disfarcei minha gravidez para poder sair do Chile."

Meu primeiro país de exílio foi o Chile. Fui para lá com um filho, encontrar meu marido. Ele já tinha conseguido casa, emprego e a acolhida foi ótima, pois era o governo da Unidade Popular.

No início tive dificuldades em conseguir emprego. Trabalhei fazendo bicos, como intérprete e só alguns meses depois consegui um contrato com uma Universidade, no sul do Chile. Eu e meu marido trabalhávamos no mesmo departamento da Universidade e apesar de ter mais títulos que ele, era impensável que fosse eu a escolhida para o cargo de chefe, o que mostra discriminação da mulher, mesmo no governo de Salvador Allende. Logo depois veio o golpe e nós fomos para a França. Ficamos em pequenas Municipalidades, onde recebemos todo o apoio.

Não tivemos problema de emprego: eu fui trabalhar em uma Faculdade de Ciências e meu marido em Vincennes. Algum tempo depois fomos para o interior, eu como professora convidada e contratada. Lá eu participei do movimento feminista, fazendo inclusive algumas palestras sobre a situação da mulher na América-Latina.

Meu contrato terminou e não era renovável. Eu deveria fazer uma tese de doutorado para poder trabalhar como pesquisador ligada ao CNRS, órgão de pesquisas francesas. Neste meio tempo vivi com um salário de ajuda da Assistência Social. Tinha que me apresentar uma vez por semana na Municipalidade para assinar a folha de presença e dizer que ainda não tinha conseguido emprego. Como minha Carta de Trabalho dizia que eu era professora só poderia procurar emprego como tal. Quando vim embora dei baixa nos meus papéis e expliquei que não tinha mais necessidade daquela ajuda pois estava voltando para meu país. O funcionário teve então uma atitude muito simpática, dizendo que me daria dois meses de salário da Assistência Social para ajudar minha instalação no Brasil.



Os filhos de refugiados

Sai do Chile grávida de sete meses, e meu maior medo era que meu filho nascesse lá. Para viajar eu falsifiquei um certificado de gravidez e fui para o aeroporto de cinta, disfarçando a barriga. Meu filho nasceu na França e eu tive todo o apoio das mulheres da Municipalidade, que vestiram meu filho até um ano de idade.

A questão do registro foi excepcional. Normalmente os filhos de refugiados eram apátridas pois o consulado brasileiro não os registrava. Assim meu marido, que mal falava o francês, foi registra-lo, na prefeitura acompanhado de um amigo francês. O funcionário achando que ele também era francês deu a nacionalidade francesa à criança.

A burocracia francesa.

Na França eu senti muito a solidariedade das pessoas. Além disso havia todo um arcabouço legal que permitia ao estrangeiro refugiado se situar no país dentro de um quadro institucional.

Houve dificuldades com papéis: durante dois anos não tive carta de permanência, tinha que renová-la a cada três meses. Também tive dificuldades para obter a carta de trabalho, mas a experiência mostra que o problema é tão ou mais grave nos países da América Latina.

Apesar das facilidades que encontrei na Europa, considero que o exílio na América Latina é muito mais produtivo. No Chile as dificuldades materiais eram maiores, mas o trabalho era muito gratificante, a identificação com o povo muito maior, e havia a satisfação da proximidade psicológica com o Brasil, com a família, enfim, com as próprias origens culturais.

Teresa, brasileira: viúva de um vivo, casada com um morto

Depois que saí do Brasil, vivi no Chile, Panamá e Bélgica. As dificuldades legais dos estrangeiros eram muitas, embora eu tivesse a vantagem de continuar com o passaporte. Mas, ainda assim, a legalização no Chile não foi possível de início - eu passei um ano indo, de três em três meses, à Argentina, para ter visto de turista. Depois, consegui trabalhar sob contrato e pude regularizar minha situação.

O Zé, meu companheiro, não conseguiu se legalizar no Chile porque havia sido banido para o México e nunca teve direito a residência. Viveu durante dois anos como clandestino. Depois do Golpe, fomos para o Panamá. Lá, nos deram somente o exílio de trânsito: não podíamos trabalhar nem fixar residência. Grávida, esperamos meu filho nascer e fomos para a Bélgica.

Eu continuava com meu passaporte e, mesmo assim, pude obter o direito a residência como refugiada, direito esse reconhecido pela PNU. No Panamá, com o nascimento do meu filho, meu companheiro e eu nos casamos na Igreja, para facilitar o reconhecimento da criança e a legalização da nossa situação.

Na Bélgica, tivemos problemas por desconhecer as leis do país, os direitos e as garantias dos refugiados. Depois de dois anos, nós organizamos a Casa Latino Americana, que tinha por objetivo encaminhar os refugiados que chegavam.

Meu maior problema em termos legais aconteceu quando meu filho nasceu. Ele foi registrado como panamenho porque a Embaixada do Brasil argumentava que o Zé, pai do menino, estava morto (banido) e, portanto, não podia ter filhos. Se quisesse registra-lo como brasileiro, teria que ser em nome do meu primeiro marido, desaparecido desde 1972. Isto, porque a Justiça considera que os filhos de uma mulher casada são do marido, a não ser que este negue a paternidade. No meu caso, isso é impossível. Assim, durante anos vivi como viúva de um vivo (desaparecido) e esposa de um morto (banido).

Trabalhar é difícil

Trabalhar na Europa é muito difícil. Como eu não tinha nenhum diploma, só conseguia pequenos serviços: trabalhava como sub-empregada e a partir do momento em que obtive um título universitário belga, consegui um bom emprego no Mercado Comum Europeu.

Viver longe do país de origem é sempre muito difícil, apesar de, na América Latina, a integração ser bem mais fácil por questões que vão desde o aprendizado da língua até a identificação de problemas e necessidades comuns. A solidariedade do povo é maior e o simples fato de estar próxima de meu país me parecia fundamental.

Na Europa os governos dão apoio legal necessário, mas o entrosamento com o povo é muito penoso. Quando cheguei à Bélgica fui para o interior, viver com uma família belga. A situação era deprimente pois eles encaravam o apoio que nos davam como uma caridade.

Ser estrangeiro, longe da terra, da família, de tudo, é muito duro. Antes de viver a experiência, eu imaginava que a adaptação em outro país era fácil. Hoje, sei que não é bem assim e que só a solidariedade não basta. É preciso um suporte legal que esta nova lei dos estrangeiros no Brasil não dá. Ao contrário, ela estimula a delação de estrangeiros, o que é muito perigoso. Nós, brasileiros, vivemos isso no Chile. Depois do golpe, o governo pedia que a população local denunciasse os estrangeiros, considerando-os os causadores de todos os problemas econômicos e de desemprego do país. pela minha experiência, acho que essa situação não deve repetir-se.

São Paulo

O protesto contra Videla

Dia 21 de agosto 500 mulheres vestidas de negro com lenços brancos na cabeça saem em passeata pelas ruas de São Paulo protestando contra a presença de Videla no Brasil. Essas mulheres representam as "Locas da Plaza de Mayo" - mães e parentes de prisioneiros mortos pela ditadura Argentina.

No preto o luto, no lenço os nomes dos desaparecidos, nas mãos cartazes e faixas com palavras de ordem. "Onde estão os brasileiros desaparecidos na Argentina?", "Mulheres contra a cumplicidade das ditaduras", "Argentinos e brasileiros, a mesma luta, a mesma dor", "Onde estão os argentinos desaparecidos no Brasil?", e em toda a passeata o silêncio da dor, quebrado somente pelo som das matracas.

A marcha era encabeçada por parentes de brasileiros desaparecidos na Argentina, que choravam muito lembrando de seus filhos.

Durante o trajeto, do Teatro Municipal ao

Largo São Francisco, o lento cortejo era engrossado por milhares de populares e saudado por papéis picados que caíam dos prédios.

No Largo São Francisco cerca de 2 mil pessoas realizaram um ato público onde foi lido um manifesto explicando o significado daquela passeata fúnebre. Manoel da Conceição lembrou os sindicalistas mortos pela ditadura; os homossexuais denunciaram o assassinato de milhares de homossexuais na Argentina, a UNE se manifestou contra a perseguição e morte de estudantes. Leda Marques dos Santos leu a lista de 13 brasileiros desaparecidos (ela é irmã de Sidney Fix dos Santos assassinado em 1977), Doralina Santa Cruz leu a lista dos 30 mil argentinos desaparecidos (ela é irmã de Fernando Santa Cruz, assassinado em 1974):

"Participar da política mais geral também diz respeito às mulheres e essa passeata provou isso.", concluiu Dorulina.

Menor marginalizado: a Pastoral faz encontro

Já mais de 13 milhões e 500 mil crianças carentes no Brasil. Dos 45 milhões assistidos direta ou indiretamente pela FEBEM, no ano passado, apenas 1% eram infratores, 10% abandonados e a grande maioria (88%) assistida por motivo de extremo abandono.

Esses dados assim em rápida sucessão dão a dimensão do problema debatido por um grupo de pesquisadores da comunidade, técnico em organismos oficiais, pessoas que atuam independentemente no atendimento ao menor, reunidos pela Pastoral do Menor, nos últimos dias 4, 5 e 7 no Rio São José.

Tema do encontro: trabalho e profissionalização do menor. No entanto, não se deixou de enfocar o problema da criança marginalizada como um todo, como um produto da sociedade industrial.

A Pastoral do Menor pretende manter um serviço de integração de todas as iniciativas e esforços do setor, analisando a questão nos aspectos sócio-econômico-político da sociedade, propondo uma ação pedagógica-pastoral, que inclui critérios para uma educação alternativa.

Ultima página



Esses menores são da FEBEM, foto de Cristina Villares

CEBs: onde todos se manifestam

— Eu sou o patrão, o prefeito, o governador, o presidente! Estou ao lado do povo e quero trabalhar com ele.

— Sr. governador, eu tenho 14 anos e não tenho onde morar. Não quero ir para a Febem. Por favor, me consiga outro lugar para morar!

— Ah, tem 14 anos e não tem onde morar, é? Trombadinha! Vai para a Febem, sim, e agora. Fora, fora, trombadinha!

— Mas, sr. prefeito... (à saída, o garoto é acompanhado por socos do governador que o põe para fora).

Esta foi parte da encenação realizada pelo grupo de Itapeverica da Serra, no Encontro de Comunidades Eclesiais de Base da Cidade de São Paulo, no último fim de semana de agosto. Ao satirizar a atitude de elementos da "classe dominante" com relação aos setores marginalizados e carentes da população, o grupo identificou a estrutura de opressão que atinge a comunidade, abordando além do problema do menor abandonado, os terrenos clandestinos, salários baixos, desemprego, falta de creches, deficiência de transporte coletivo, sistema de ensino, falta de infra-estrutura e saneamento básico.

Como este, os outros 8 grupos que discutiram e identificaram a estrutura de opressão e o que se está organizando nas CEBs para sua superação, também se apresentaram em plenário na tarde de sábado, através de outras encenações, apresentação de cartazes ou simples exposições, pautados para o encaminhamento dos trabalhos: debates entre os grupos e posterior exposição em plenário, através de representações criativas. Também em debates nos grupos, os presentes elegeram seus representantes para o Encontro Estadual das Comunidades Eclesiais de Base, a realizar-se nos dias 13 e 14 de setembro, em Campinas, fornecendo-lhes elementos que possibilitem essa participação.

(MARIA ANGELA JABUR)

O Encontro das Comunidades Eclesiais de Base, mais uma vez se distinguiu pela organização e liberdade de expressão, sendo definido por um de seus coordenadores como "exercício da democracia, onde todos se manifestam, respeitando, porém, os outros". Ele possibilitou, a partir do debate de problemas comuns e reais que os 240 participantes das 9 regiões presentes (Santana, Lapa, São Miguel Paulista, Belém, Itapeverica da Serra, Santo Amaro, Osasco, Guarulhos e São) se conhecessem melhor e procurassem, em conjunto, soluções e maneiras de atuação na busca de soluções.

Desta forma, os 3 objetivos básicos do encontro foram atingidos: identificar as estruturas de opressão e o que se está organizando nas CEBs para superá-las; procurar desenvolver entre as CEBs presentes uma rede de comunicação e aprofundamento de trabalho e preparar e organizar a participação da CEBs nos próximos Encontros (Regional e Nacional).

De acordo com definição de Pe. Mauro, um dos coordenadores do Encontro, o objetivo fundamental da organização das Comunidades Eclesiais de Base é criar "um espaço para o povo viver sua fé cristã e trabalhar para transformar o sistema de opressão existente na sociedade, promovendo, à luz do Evangelho, maior participação e

comunhão de todos, especialmente dos mais pobres e marginalizados". Disse que não há "amor a Deus sem que se ame o próximo e é baseado nesse compromisso com os pobres e espoliados que seremos julgados".

Nesse sentido, é impossível pensar-se em uma prática do Evangelho desvinculada de uma atuação social abrangente, onde se procure maior amor e igualdade entre as pessoas. Os participantes também chegaram a esta conclusão, após os debates do sábado, onde discutiram as estruturas de opressão que os afligem.

Concluíram, também, que todas as comunidades sofrem problemas semelhantes, gerados, na maior parte das vezes, pelo desemprego e baixos salários, além das "raízes egoístas e consumistas da sociedade". No entanto, cada região ou mesmo comunidade, possui formas diferentes de resolver esses problemas e, por isso, é importante a troca de experiências e maior integração entre elas, buscando força, através da oração e leitura do Evangelho.

Pelos debates, os participantes também concluíram que a força das Comunidades Eclesiais de Base se encontra na periferia da cidade. Sugeriram que se inicie um trabalho no centro de São Paulo, para maior mobilização da população dessa região. Ficou,

no entanto, uma pergunta: Como conseguir esta união e mobilização? Entre as sugestões, está a de se realizar um levantamento proveitoso, com o apoio da Igreja, sobre os problemas reais existentes em toda a cidade de São Paulo. Também foi colocado que as CEBs, com sua atuação, podem servir de exemplo para a formação de outros grupos, também atuantes.

Para uma das representantes do Jardim São Paulo, é necessário que exista uma luta "através da amizade, incentivo e fé, para que as pessoas saiam de sua acomodação", e passem a reivindicar seus direitos. Conta que um dos maiores problemas enfrentados em sua comunidade é o desemprego e a acomodação das pessoas. Por isso, os catequistas têm um trabalho incansável: "Procuramos nos reunir, ir às casas, ajudar as pessoas em suas necessidades e, ao mesmo tempo, conscientizá-las, ensinando a oração e a prática. Nosso grupo de mulheres está reivindicando uma creche à Prefeitura enquanto em suas reuniões discutem os problemas dos filhos e da sociedade em geral, do Evangelho".

E foi através da solidariedade em um período difícil, que outra Comunidade Eclesial de Base se formou. Há 2 anos, na Vila Industrial, um jovem de 15 anos estava desenganado, com câncer tuberculoso. Diversas pessoas começaram a se reunir com frequência, a fim de rezar por ele. O jovem morreu algum tempo depois, mas, dessas reuniões, surgiram um grupo de jovens, um de catequistas e dois grupos de casais, que passaram a debater seus problemas. Outra comunidade formou-se por iniciativa dos leigos, que se sentiam distantes uns dos outros. Ligaram-se em grupos para rezar e se conhecer melhor há um ano e meio. Hoje, a comunidade de base de São Francisco de Assis, em Interlagos, através do

POR UMA MAIOR UNIÃO

Foi consenso entre os participantes, o isolamento em que cada comunidade se encontra, atendendo-se, na maior parte das vezes, a seus problemas locais. Diante disso, sentiu-se, também, a necessidade de maior intercâmbio de informações e apoio mútuo entre elas. Muitas das sugestões levadas a plenário no último dia, diziam respeito a esse aspecto: levar a elementos de outras comunidades, as conclusões retiradas do Encontro, se possível, através de outros Encontros Regionais; que a coordenação do Encontro enviasse a todos os representantes, os endereços das comunidades presentes, a fim de possibilitar contatos posteriores; que todas as comunidades da paróquia e todas as paróquias de uma região desenvolvessem um trabalho con-

junto, aglutinando suas forças, fim de alcançar um objetivo comum.

Muita ênfase foi dada à realização de novos encontros regionais e sua importância é sintetizada Cleusa, de Guarulhos, para quem "o encontro desperta o senso crítico da realidade e dá condições para que se saiba o que fazer para alcançar um objetivo comunitário".

Também a atividade nas CEBs desperta esse senso crítico e dá condição para uma luta cristã. É o que diz João Joaquim da Silva ao explicar que "A CEB desperta a luta para os problemas que a comunidade enfrenta. Antes, ela está anestesiada, só se preocupa com o salário, horas extras e família. Na participação das CEBs, percebe a existência do companheiro, o que, gradativamente, vai crescendo, até se transformar na consciência de necessidade de participação nas lutas populares, por saúde, transporte, educação, enfim, tudo que afeta a melhoria da vida e a vida da comunidade".

Um exemplo disso é Marcos, Antônio dos Santos, que, aos 13 anos, representou a Comunidade Km 18, de Osasco. Diz que nas suas tão comuns "crises de abstinência" não foram muito interessantes, ele, uma vez que estava mais preocupado com o trabalho que fazia desde os 13 anos, quando precisava, para a crisma. Hoje, trabalha durante o dia, cursa colégio técnico, e, durante os fins de semana, trabalha com o grupo. Para Marcos, a leitura do Evangelho, a gente preocupa com nossos irmãos e não do entra para rezar junto com eles, vê que os problemas da comunidade também nos atingem".

Marcos faz parte de um grupo de jovens que em fevereiro de 1979 formou o Grupo de Direitos Humanos da região. Sua primeira tarefa foi reivindicar às autoridades a realização de uma lagoa local, já havia causado inúmeras mortes. Não conseguiram a canalização, porém, após 8 ou 9 meses de mobilização das lideranças locais e levantamento do número de mortos (cerca de 25 jovens) pelo corpo de bombeiros, com o apoio de outros grupos também existentes, conseguiram que a Prefeitura aterrasse a lagoa. O grupo de Direitos Humanos também apoiou a greve dos metalúrgicos, em 1979, e o lançamento de alimentos na comunidade.

Na tarde de domingo, os participantes se reuniram para eleger seus representantes no Encontro Estadual das Comunidades Eclesiais de Base, que, posteriormente, foram encaminhados ao plenário.

Creches: um direito do povo

- Troca de experiências na luta por creches.
- Criação de um órgão de comunicação entre as diversas entidades.
- Unificação dos movimentos de organização da luta por creches.
- A criação de uma pedagogia de luta.
- Proposta de organização dos movimentos populares.

Com estes objetivos reuniram-se, na tarde do último dia 6, 4 religiosos e cerca de 40 pessoas representantes de várias entidades (Pastoral Operária da Cachoeirinha, Grupo de Direitos Humanos do Imirim, Associação Feminina da Zona Norte, Movimento de Favelas do Lauzane e bairros da Região Norte (Vila Paulistana, Jardim Brasil, Parque Novo Mundo).

Num primeiro momento, através das trocas de experiência entre os diversos movimentos, uma série de problemas comuns foram levantados principalmente sobre a dificuldade de mobilização e participação efetiva das mães na reivindicação de novas creches e na manutenção das já existentes.

A luta por creches na Região Norte vem se intensificando há aproxima-

ESP.
120 18/9/80 p. 4

damente 2 anos. Durante esse período, vários abaixo-assinados foram entregues por comissões de representantes dos bairros à Prefeitura. Mesmo assim, os problemas persistem. Na tentativa de solucioná-los, alguns bairros, com a ajuda de seus moradores, construíram até creches de madeira que, infelizmente, não funcionaram pela falta de equipamentos adequados, de funcionários, e de verba necessária. As instalações de núcleos comunitários também têm sido utilizadas como creches, uma das maneiras encontradas pelos moradores de pressionar a Prefeitura a construir novas e suficientes instalações.

UM MEIO DE EXPLORAÇÃO

Segundo a Prefeitura, a construção de uma creche, demora cerca de 1 ano e são necessários ainda vários meses para a seleção de funcionários. Um período muito longo para solucionar um problema tão emergente. A implantação de creches indiretas, ou seja, as mantidas por entidades particulares é a solução apresentada. As lutas do povo, entretanto, têm sido para a implantação das creches diretas, que

devem ser mantidas pela própria Prefeitura, evitando-se mais um meio de exploração.

A falta de definição do que seria um núcleo comunitário (que abriga em média 45 crianças), uma mini-creche (60 crianças) e uma creche padrão (120 crianças) também dificulta os critérios de utilização das instalações já existentes e na construção das novas. Além do variado número de crianças que podem ser atendidas, outras diferenças são estabelecidas pela Prefeitura, entre elas: o tipo de construção e administração, o tipo de atendimento, funcionários, idade das crianças, etc...

Em meio a tanta burocratização, um outro problema foi apresentado durante a reunião. Nas creches mantidas pela Prefeitura só se aceitam crianças cujas famílias possuam renda inferior a 2 salários-mínimos. Ora, os moradores das favelas recebem, em média, de 3 a 5 salários-mínimos — o que não resolve o problema da subsistência. Para isso, a mãe se dispõe a contribuir procurando aumentar o rendimento da família e, justamente por isso, é que precisa ter um lugar onde deixar seus filhos.

O MOMENTO É DE UNIFICAÇÃO

Todos esses movimentos por creches têm sido um grande impulso para a emancipação da luta por seus direitos. Uma oportunidade concreta de colocar-se, organizar-se e participar na solução dos problemas que afetam sua via e que tratam não só nos movimentos populares, mas nas lutas de organização de todos os movimentos populares.

No encerramento do dia, uma comissão de 2 representantes de cada entidade foi formada com a função de organizar melhor a luta, de torná-la mais efetiva em novas reivindicações na solução dos problemas já existentes, além de, a partir dos movimentos populares, dar início à integração dos movimentos populares de toda a Região Norte.

Nesse sentido, todas as entidades e organizações vinculadas aos movimentos populares da Região Norte estiverem interessadas em unificação, devem entrar em contato com o Dr. Olívio Bedin ou Padre Raimundo Lipski — telefone: 203-1356.

Maria José

Espaço para os pobres de rua

"Eu acredito que o mundo será melhor /

Quando o menor que padece /
acreditar no menor."

Este foi um dos refrões mais cantados durante o Encontro da Organização de Auxílio Fraternal, realizado nos dias 6 e 7 de setembro. O encontro chamou-se missão. Havia gente de todo o Centro de São Paulo, velhos, jovens, mulheres e crianças. Alguns já se conheciam, outros se encontravam pela primeira vez, e conviveram durante 2 dias no encontro realizado nos Fundos do Mosteiro São Bento.

Não foi o primeiro feito pela OAF, mas é mais um passo dentro dos planos da entidade, no sentido de abrir espaço na Igreja de São Paulo para o pobre de rua. Uma breve pesquisa realizada pela OAF revelou que existem mais de 800 pessoas nessa condição, em São Paulo. Fazer também com que este povo tome consciência que é povo de Deus, é outro objetivo.

O programa foi constituído por projeção de slides, reuniões em grupo, brincadeiras, roda-de-samba, plenário, teatro, celebrações e oração, com o objetivo de conviver. Nos 2 dias, formaram-se 7 grupos com cerca de 10 pessoas. Estes levaram nomes sugestivos como: Anúncio da Esperança, Felicidade,

de, Sorriso, Amizade, Migrante, Harmonia, Novos Amigos, Quintal do Sol. Eles se apresentaram de forma movimentada, no plenário, através de músicas, poesias, paródias e encenações. Atrás das manifestações, se percebia a crítica em relação ao mau entendimento que a sociedade faz deles, e os seus desejos básicos como casa, comida e emprego.

No final do domingo, houve a apresentação da peça **"Uma certa turma de rua"**, e o texto refletia a dura realidade do marginal. Esperar por quem?, uma das perguntas levantadas pela encenação. "A solução só vem com a união de todos que sofrem: quando o menor acreditar no menor". Acabada a apresentação, todos — atores e platéia — cantaram essa música.

Depois das atividades do dia, havia sempre uma pequena celebração. No domingo, D. Décio Pereira, bispo na Região Sé, que dirigiu mensagem ao pessoal, confirmando tudo que a reflexão havia levantado: "Jesus está com cada um de vocês, pobres sofredores, e é muito necessária sua união. Unidos em Jesus, fica mais fácil a caminhada".

NOVOS RUMOS

A OAF tem buscado um caminho para a consciência crítica (leia OSP

1.271). Assim, ela procura romper o velho esquema de apenas atender o sofredor de rua. Ganhou novos colaboradores, e fechou quase todas suas atividades sociais para refletir. O albergue, a oficina, o setor de adolescentes, a casa dos meninos, Humaitá (recuperação de mulheres) só voltarão a funcionar com novas formas.

Para atingir seus objetivos, a OAF tem empregado novas táticas. O lugar vital de agora é a Oração da rua Florêncio de Abreu. Lá, se reúnem pessoas de rua, todos os domingos, sábados e em alguns dias na semana, com o objetivo de formar comunidades.

Outra forma encontrada pela entidade é a "Sopa Comum", às quartas e quintas-feiras, na Baixada do Glicério e na avenida São João (rampa). As tarefas são distribuídas: uma vai arrumar fruta no mercado, outro consegue um pouco de óleo, alguns fazem "vaquinha" e compram pão. Às 3 da tarde, a sopa está pronta. O prato é uma casca de côco e a panela, uma lata. Às vezes, alguém puxa um canto, e até-se comemora um aniversário. Há dias em que mais de 20 pessoas estão juntas.

As visitas ao "macó" são outra forma que a entidade tem usado. "Macó" é o local em que o pobre de rua vive, "não mora", debaixo de um viaduto,

ponte, construção abandonada a qualquer canto esquecido nesta cidade humana. Ronda noturna pela cidade "papeando" com pequenos grupos de participação com o pessoal que catimba também vêm sendo feitos. Todo trabalho vai sendo registrado no zinho "União".

DIFICULDADES

Traumas de infância, revolta, doenças no pulmão, falta de perspectiva, analfabetismo, desemprego, falta de documentação, sentimento de culpa, falta de consciência crítica, sensação de tima, fome, nudez, são alguns fatores que dificultam este trabalho. verdade, esses fatores, somados, refletem a injustiça de um sistema baseado no capitalismo.

O mendigo, pedinte, catimba, o homem de rua, tem na cabeça a ideologia dos pobres. Se sentem vítimas, sem poder, pados e objeto da condolência. Se tiveram várias experiências de trabalho. São "flutuantes", "sem raiz", como eles mesmos dizem "redor de trecho", migrantes de lugar. Sua preocupação é primeiro comer hoje. (Kampus)

Moradores da periferia pedem pressa para creches

Cerca de 400 pessoas, na maioria mulheres e crianças, estiveram ontem de manhã no Ibirapuera, para reivindicar do prefeito Reinaldo de Barros a construção de creches em aproximadamente quarenta bairros da Capital. Ficaram decepcionadas quando souberam que o prefeito estava inspecionando obras da Comgás e só depois de muitos protestos, valas e de cantar paródias, exigindo creches gratuitas, concordaram em ser recebidas pelo secretário dos Negócios Extraordinários, Tufl Jubran, no saguão da Prefeitura. *FLP 12/10/80*

Tufl desceu de sua sala e ficou mais de meia hora tentando convencer os moradores de que iria transmitir as reivindicações ao prefeito. Sempre que começava a falar, aos gritos, porque não havia microfone no saguão, era valado. Discutiu rispidamente com alguns representantes do Movimento de Luta por Creches, ameaçando deixar o local caso continuassem se recusando a escutá-lo. Finalmente, um acordo: antes de falar, deveria ouvir a leitura de oito documentos, todos insistindo na construção de creches diretas, ou seja, gratuitas e dirigidas pela comunidade.

OBRIGAÇÃO

Maria Amélia de Almolda Teles leu um documento que, segundo ela, expressa a filosofia de todo movimento, que existe em quase todos os bairros de São Paulo. "Exigimos, afirma o documento, que até 12 de outubro as creches da região de Campo Limpo e Santo Amaro (sete em cada uma) estejam prontas para funcionar com todo o equipamento necessário e continuamos exigindo

que, para cada creche de 120 crianças, sejam contratados 40 funcionários". Segundo o comunicado esse número é necessário para se poder dar um atendimento que garanta que as nossas crianças sejam realmente educadas e não somente alimentadas. Queremos e exigimos creches diretas, não só em Campo Limpo, mas em toda São Paulo, porque a educação é uma obrigação do Estado e a creche não é só para encher barriga das crianças. É uma instituição educacional".

Ao final da leitura de outros documentos, os moradores queriam que Tufl assinasse cada um deles, com o que não concordou o secretário, alegando que nem todos os itens poderiam ser atendidos a curto prazo. "Assina, assina, assina", gritavam. "Não posso assinar", respondeu o secretário, porque seria desonesto. Acho que basta a minha palavra". E prosseguiu: "O prefeito tem a mesma filosofia de vocês. As creches dos bairros mais periféricos serão administradas pela comunidade e posso garantir que a 12 de outubro estarão funcionando todas as creches que estiverem prontas, dentro de um prazo material possível de se fazer a seleção e exame médico dos novos funcionários."

Assinalou, contudo, o secretário: "Não sei se será possível estarem prontas todas as que vocês estão reivindicando. Mas as que estiverem, parece-me mais de dez, entrarão em funcionamento". Tufl enfatizou, ainda, que, desde a posse de Reinaldo de Barros, de quatro creches diretas para uma população de 8 milhões e meio, "teremos até o final do ano 66 concluídas e 300 no prazo de três anos."

Creches e sua administração

Cerca de 300 munícipes, residentes em diferentes bairros da cidade, dirigiram-se ao gabinete do prefeito Reynaldo de Barros para reivindicar a construção de creches. Aproveitaram a oportunidade e pediram, também, que o recrutamento de servidores para essas creches seja feito entre as pessoas dos próprios bairros, mas sem a exigência de diplomas escolares. Pediram, em seqüência, que aos recrutados seja de pronto concedido o direito à estabilidade no emprego, para que não sejam facilmente demitidos, e solicitaram, ainda, que cada creche tenha no mínimo 40 funcionários.

Há, nessas reivindicações encaminhadas ao prefeito, um erro fundamental, que desde logo indica que as comissões de moradores que foram ao Ibirapuera ou estão sem liderança ou estão mal lideradas.

É muito difícil de acreditar que sejam os próprios moradores desses bairros que estejam a reclamar, do poder público, a contratação de pessoas de competência duvidosa para cuidar dos seus filhos nas creches, pois a tanto levaria a dispensa da exigência de diplomas escolares; esses moradores certamente não sabem, também, que o direito à estabilidade só é concedido ao funcionário admitido por concurso, o que torna indispensável a exigência de diplomas escolares. É mesmo inconcebível que sejam munícipes que peçam ao prefeito para transformar as creches construídas pela Prefeitura em cabides de empregos, ao reclamarem um mínimo de 40 funcionários para cada unidade.

É sabido que a construção de creches inclui-se entre as prioridades que o prefeito escolheu, quando anunciou que o seu governo estará voltado especialmente para o lado social dos problemas municipais. Tanto assim que, em 14 meses de administração, já foram construídas 40 unidades, dentro de um plano global de 300 creches nos próximos três anos.

Mas também não é desconhecido da opinião pública do Município que a Prefeitura não dispõe de recursos bastantes para construir e manter tantas creches, além do que nada indica que seja o mais aconselhável ficarem essas creches sob a responsabilidade direta do poder público. A experiência está a indicar que melhor será essas unidades serem administradas por entidades particulares em regime de convênio com a Prefeitura, como já acontece com cerca de 20 unidades construídas e equipadas pelo poder público e administradas por entidades privadas. Nas próprias comunidades dos bairros existem entidades assistenciais e de serviço, que certamente se propõem a esse tipo de administração indireta de creches da Prefeitura, o que se nos parece a solução mais indicada para o problema e a melhor maneira de ser atendida parte das reivindicações dos moradores.

8
19/9/80

Aleitamento Materno

PROF. CARLOS DA SILVA LACAZ

Campanha educativa das mães meritórias, no sentido de incentivar o aleitamento materno, vem de ser iniciada pelo Secretário da Saúde de São Paulo, prof. Adib Jatene. Lamentavelmente a prática do aleitamento natural está declinando entre nós, com desastrosas consequências que precisam ser conhecidas, inclusive do grande público. Todos sabemos que o leite materno é o melhor e o mais adequado alimento para os menores de um ano de idade. Cabe ao médico, como chefe da equipe de saúde, transmitir conhecimentos atualizados ao pessoal auxiliar, bem como às gestantes, puérperas e nutrizes, numa tarefa sistemática e contínua. A permanência da mãe e do bebê num mesmo alojamento tem vantagens evidentes sobre o sistema de berçários, ao menos em relação aos recém-nascidos normais, permitindo que a amamentação seja iniciada o mais breve possível após o parto. O colostro, pelo seu elevado teor de anticorpos, protege a criança contra diversas infecções. O estado nutricional da mãe, durante o período de lactação, tem significativo efeito na quantidade de leite materno e na duração do aleitamento.

Vicente Monetti e Plínio Rossi de Carvalho, ilustres colegas do Instituto de Saúde — Divisão de Saúde Materna e da Criança, acabam de publicar dois excelentes opúsculos que muito irão auxiliar médicos e outros elementos da equipe de saúde, neste meritório projeto de incentivo ao aleitamento materno, capaz de criar, inclusive, ligações ou elos importantes, psicoafetivos, entre a mãe e a criança. Está definitivamente estabelecido que o leite materno é o mais adequado à criança. Mesmo a mãe desnutrida pode e deve amamentar seu filho. A presença de determinadas enzimas no leite materno e de imunoglobulinas devem ser levados em consideração, sabendo-se também que o "leite-de-vaca" pode provocar quadros de alergia no recém-nascido.

O importante a considerar é o aspecto afetivo, pois o ato de amamentar proporciona contatos mais íntimos e precoces, fa-

vorecendo as interações físicas e psíquicas da mãe e da criança, estimulando seu desenvolvimento neurológico, delineando até seu comportamento futuro. O aleitamento, disse Jelliffe com razão, não constitui somente um processo fisiológico de alimentação do lactente, mas, um verdadeiro meio de comunicação psicológica entre a mãe e a criança. O importante é que a mãe se capacite das enormes vantagens de, espontaneamente, amamentar seu filho. Com melhor assistência pré-natal e efetiva aplicação de medidas legislativas e sociais, seguida de apoio da comunidade, esta campanha sairá vitoriosa. Hoje em dia, nos Postos de Saúde de São Paulo, a gestante pobre recebe suplementação alimentar adequada (Gestal, por exemplo). Bancos de leite humano também já existem em nosso meio, a fim de atender a eventuais necessidades de recém-nascidos prematuros, carentes do produto.

O fumo e o álcool, quando usados pela nutriz, são prejudiciais ao recém-nascido. A propaganda comercial de produtos para alimentação artificial tem contribuído, infelizmente, para animar as mães a procurar emprego remunerado, com a falsa impressão de contribuir para a melhoria do bem-estar da família.

Não basta dizer à mulher que o leite materno constitui, realmente, o melhor alimento para seu filho. É necessário que a mãe seja devidamente esclarecida "por que" esta alimentação é melhor, informada das vantagens do leite materno sobre o leite de vaca, ou outros alimentos. Não se pode obrigar a mulher a amamentar. É necessário que a própria mãe se capacite das vantagens do aleitamento materno, aceitando esta tarefa, espontaneamente. Com boa assistência pré-natal e efetiva aplicação de medidas legislativas e sociais, com o apoio da comunidade e de todo o pessoal de saúde, poderemos incentivar o aleitamento materno, sem a prática condenável do desmame precoce e precipitado.

Nossos parabéns a todos aqueles que se engajaram nesta benemérita campanha, de tão elevado interesse médico e social.

Prof. Carlos da Silva Lacaz

OMS debate aleitamento

Est. SP. 23/9/80 10-7

O presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Bertholdo Kruse de Arruda, viaja hoje para Genebra a fim de representar o Ministério da Saúde na reunião conjunta da Organização Mundial de Saúde e Unicef, quando será discutido e aprovado o código internacional de comercialização de substitutos do

leite materno. O anteprojeto do código já foi analisado pelo órgão, que levará a Genebra um parecer técnico, segundo o qual apóia várias medidas de restrição à comercialização de produtos substitutos do leite materno, entre elas a proibição de propaganda de produtos fabricados para a alimentação do lactente.

A briga pelas creches

Em São Paulo, o Movimento de Luta por Creches está mais avançado do que no resto do país.

Aqui, uma entrevista com três de suas representantes:
Raquel e Amelinha do setor sul e Clara do setor norte.

Por Thais Helena e Maria Tereza Verardo

- Como nasceu o Movimento de Luta por Creches?

Raquel - A gente sabia que já havia em vários bairros algumas mobilizações por creche há tempos. É claro que no primeiro Congresso da Mulher Paulista essa era uma questão que não podia faltar no temário, e mesmo que a gente esquecesse, o número de mulheres de periferia participantes faria com que ela surgisse com toda força.

Foi assim que a gente lançou a idéia de uma luta organizada e unificada. Na primeira reunião do movimento apareceram representantes de 44 bairros. Contou-se casos incríveis nessa reunião. Casos de mães que lutavam por creches há muito tempo e que a filha continua lutando sem conseguir nada. Casos de gente que tinha creche indireta e não tinha como sustentá-la, os absurdos em termos de educação das crianças que aconteciam nessas creches. Começaram a fazer reuniões de mães para discutir isso. Assim que a prefeitura ficou sabendo dessas reuniões suspendeu a verba, e elas tiveram que sustentar a creche na base da campanha do quilo e coisas assim. Campanha do quilo é bater de porta em porta e cada um dá um quilo disso, um quilo daquilo pra sustentar a criança.

- O que significa creche indireta e creche direta?

Amelinha - É o seguinte: tem creche direta que é a creche mantida pela prefeitura, construída pelo governo, que é a creche que o movimento reivindica, e tem a creche indireta que é a construída pela prefeitura mas que é mantida por entidades filantrópicas, por ex. a Igreja, a Associação das Senhoras Católicas, etc. Elas dão uma parte da verba para a creche. A creche conveniada que é convênio da Prefeitura com a Sociedade de amigos de bairro com a união dos moradores, enfim com uma entidade de moradores qualquer. Praticamente a prefeitura só vem mantendo este tipo de creche, só abre convênio, não tem mais construído creches. Depois do movimento ela está construindo algumas.

As conquistas

- Além de conseguir que a prefeitura voltasse a construir creches, o que mais que o Movimento tem conseguido?

Amelinha - No início do movimento existiam 119 creches: três diretas, 24 indiretas e o restante conveniadas. O convênio cobria 70% do total das crianças, com uma verba de Cr\$ 600,00 por criança. (Atualmente a verba é de Cr\$ 1.000,00 cruzeiros por criança). Mas com nossa luta já conseguimos verba para 100% das crianças de uma creche. Vamos continuar lutando para estender esse benefício para as outras creches.

- Quais são as outras reivindicações do Movimento, além dessas?

Clara - Conquistar creches diretas, ou seja, que o governo se torne responsável pela educação das crianças. Mas veja bem: nós queremos creches construídas e mantidas pelo governo, mas nós queremos também interferir administrativamente e pedagogicamente nestas creches.

- E vocês já estão conseguindo isto?

Raquel - O pessoal foi dia 16 de julho numa concentração na prefeitura, e entre outras coisas perpetuou-se mais uma vez a reivindicação da participação dos pais na orientação da creche. O prefeito que promete tudo disse que eles teriam inclusive interesse de contratar pessoal do bairro para trabalhar na creche, e sugeriu que se fizesse algo por escrito para que pudesse ser encaminhado.

Amelinha - O problema é que a gente não tem garantias de que isso se concretize. Existe toda uma política entre o prefeito e a coordenadora do bem estar social - que é quem coordena essas creches - com sérias divergências. Eles brigam tanto que uma hora dão uma informação, outra hora dão outra...

- Como é que vocês organizam o trabalho nas regiões e aglutinam as mães?

Clara - Nós começamos com uma pesquisa em determinados bairros, já contando com a participação de algumas mães. Tenta-se levantar o número de creches no bairro, o número de crian-



ças em idade de frequentar as creches e tenta-se chamar mais mães para ajudar na pesquisa. As mães se entusiasmam muito porque vêem a possibilidade de se conseguir alguma coisa.

O trabalho da pesquisa além de ser um levantamento tem também um caráter agitativo. Além disso fizemos alguns abaixo-assinados para o prefeito, que servem também de agitação e propaganda do movimento.

Raquel - A minha experiência foi um pouco diferente, começou via USP. Foi interessante porque um dia alguém colocou um cartaz "Quem estiver precisando de creche, reunião dia tal e tal hora", juntou umas 30 pessoas interessadas, todos estudantes, que decidiram reivindicar uma creche perto da cidade Universitária, com revezamento das próprias estudantes para cuidar das crianças, sem prejudicar o horário das aulas. Começamos essa discussão e resolvemos ampliar a creche para professores e funcionários da USP. Começamos a colocar cartazes pela Universidade. Ficamos sabendo que tínhamos o direito de exigir uma creche na USP, era um serviço que a reitoria deveria oferecer. Acho que foi o primeiro movimento que juntou funcionários, professores e alunos. Foi muito interessante essa mistura, essa troca de experiências. Mas não durou muito porque a reitoria revelou aos funcionários que eles estavam proibidos de participarem de qualquer coisa junto com alunos. De qualquer forma o movimento na USP foi muito original. Tinha criança na porta da reitoria de chapeuzinho pedindo creche, ganhou as primeiras páginas de jornais. E foi assim que a gente ficou sabendo, de algumas lutas iniciais nos bairros, estabelecemos um primeiro contato com esse pessoal que mais tarde veio a formar o Movimento de Luta por Creches.

- Hoje o movimento está só nos bairros ou existe alguma coisa em termos de empresa?

Raquel - Tive uma época que havia comissões inter-sindicais no movimento. Tinha a comissão das empregadas domésticas, das químicas de Guarulhos, das químicas de São Paulo. As funcionárias da Abril chegaram a conversar com a gente sobre a possibilidade de se formar uma comissão na Abril. Enfim, tinha a participação de algumas comissões por empresa, mas percebeu-se que esse pessoal tem que levar o movimento é no seu sindicato.

- O Ministério da Saúde deu início num projeto de creche domiciliar, um pouco inspirado naquilo que existia na França, ou seja, uma mãe seria contratada para tomar conta das crianças do quarteirão ou do bairro, e receberia um salário para tomar conta dessas crianças. Em Curitiba

tem as chamadas crecheiras, em Curitiba também. Como é que o Movimento vê isso?

Amelinha - Eu penso que este projeto da mãe substituta como a prefeitura chama, é inviável. Uma mãe tem quatro ou cinco filhos, numa casa em péssimas condições e sem espaço para os seus cinco filhos. Como é que ela vai cuidar de 20 crianças ou mais? É claro que essas crianças vão ser mal atendidas. Além disso ela só tem contato com a Assistente Social uma vez por semana, quando recebe os alimentos e quando pode contar como vão as coisas e só. Eu tenho dúvidas se essa mulher trabalhando dessa forma isolada vai ter condições de atender as crianças. Além disso essa é uma forma de tirar a responsabilidade que a sociedade tem da educação das crianças, nem questiona isso com as outras mulheres. Além disso qual a experiência educacional que essa mãe tem para cuidar das crianças?

Raquel - Eu tenho muito medo do que você acabou de dizer. Veja, eu vou citar o exemplo da escola. Grande parte das crianças vão à escola. As mães entregam seus filhos nas escolas e a professora passa a ser considerada uma especialista, detentora de alguns conhecimentos que as mães jamais poderão adquirir. Enfim, a professora é a especialista, o que ela diz não é contestado, não é discutido. Eu tenho muito medo disso transferido para a creche. Eu acho que as mães tem muito a dar, mesmo que não seja uma especialista em educação. Nas discussões sobre creches eu já ouvi coisas assim: "Lá na creche onde meu filho vai ele aprende certos comportamentos e volta pra casa dizendo, esse brinquedo é meu, quando lá em casa eu compro brinquedo pra todos, não é pra cada um". Eu só quis dar um exemplo de situações que são colocadas na cabeça da criança por esses especialistas que não tem nada a ver com educação comunitária que é o que a população quer mais, acha mais desejável, tem mais vínculos com o tipo de situação social que eles vivem. Acho que a mãe também tem muito a dar.

As dificuldades

- Quais são as maiores dificuldades do movimento?

Clara - Em termos de reivindicação acontece o seguinte: O Movimento se estendeu muito mais nos bairros do que nos sindicatos porque as mulheres que lutam por creches são mulheres que trabalham fora nas em empregos como faxineiras ou empregadas domésticas. E pela sua própria condição não tem carteiras nem nenhum seguro ou garantia para quando forem despedidas, além de ganharem muito mal. São mulheres que precisam das creches diretas

porque não podem pagar outro tipo de creche. Já a discussão com o pessoal de sindicatos ou de empresas é outra. Elas vão reivindicar a creche a quem? Ao sindicato? Ao patrão? A empresa? Eu acho esse um problema muito sério. Além disso a mulher que trabalha fora numa firma tem um horário muito pesado, e tem que voltar pra casa pra fazer o serviço de casa e cuidar dos filhos, ela quase nunca pode participar de reuniões. Em geral quem vai as reuniões são pessoas que não tem filhos e se dispõem a lutar por aquelas que tem. Outra dificuldade é que a reivindicação quando levantada não chega efetivamente a mobilizar a direção do sindicato e é colocada como último ponto das reivindicações da categoria, e na hora de acordos em que se precisa abrir mão de algumas reivindicações da categoria essa é a primeira que cai fora. E com relação a empresa, para ela é muito mais econômico pagar uma multa que é um quinto do salário mínimo do que manter uma creche.

Amelinha - Outro problema muito grande é a CMV, Corpo Municipal de Voluntárias. É que quando a gente começou a luta ela foi se tornando bem acurada. Uma vez na prefeitura foi aquela violência. A PM querendo bater nas mulheres e nas crianças. Então o pessoal da CMV foi nos bairros conversar com as mulheres. São as esposas de administradores e autoridades da prefeitura falando com as mulheres dos bairros que nós não sabemos pedir as coisas, que fizemos tudo errado. Textualmente: "Eu estou querendo pintar minha casa e aí eu falo com o pedreiro e ele se recusa. Aí você xinga o pedreiro? Aí que ele não pinta mesmo. Agora se você for falar com a mulher dele ela sempre dá um jeitinho, e conversa com ele. Aí ele vai pintar sua casa. Agora vocês vão conversar com o prefeito desse jeito? Porque não vão conversar com a mulher dele, com a gente põe? Nós estamos aí pra isso". Foi exatamente assim que elas falaram com as mulheres da zona sul, prometendo creches e trabalhos para algumas mães. Resultado: muitas mulheres continuaram indo nas nossas reuniões e nas delas. Assim garantiam uma creche dos dois lados. Depois disso começaram a dar alguns cursos de "como fazer um prato de camarão com leite de coco" "como rir sem fazer rugas", uma mulher que estava num desses cursos falou: "moça se a gente não tem dinheiro nem para comprar arroz vai ter pra comprar camarão?" e ela respondeu que isso não era pra elas fazerem em casa mas para elas fazerem para as patroas. A verdade é que conseguiram bagunçar bastante nossa organização até que conseguimos botar elas pra fora.

O feminismo

- E a participação das feministas no Movimento?

Raquel - Logo depois do II Congresso a gente fazia as reuniões no centro da cidade, no sindicato dos Jornalistas. Aí tava cheio de feministas. Só que para as mulheres da periferia era muito difícil. Então nós resolvemos fazer por regional, e as reuniões passaram a ser nos bairros. Aí as feministas desapareceram, e justo no momento em que se precisava mais delas, para fazer cursos, pensar num processo de alfabetização, de educação nas creches, etc.

- Vocês que são feministas independentes, acham que esta luta por creches é uma luta feminista?

Raquel - Depende do enfoque que você dá para ela. Em primeiro lugar é pré-condição para a libertação da mulher. Você não pode falar em liberdade, sair de casa, trabalhar fora, participar do mundo se você precisa ficar amarrada aos filhos.

Em segundo lugar, a gente está cada vez mais questionando a educação diferenciada que a gente tem, e esse é mais um momento de - a pretexto de creche, discutir a educação diferenciada. Então é de como colocar o movimento de luta por creches num contexto que seja de mulheres. Porque se você não fizer isso, creche também pode ser alguma coisa para quebrar o galho, simplesmente um treino de luta, hoje por exemplo luta-se por creches, amanhã por água, luz, esgoto. A questão é como você enfoca e a continuidade de que você dá a questão.

Rio Grande do Sul

A solução é a mesma

Já em 1976, um levantamento oficial revelava que mais de 100 mil crianças estavam necessitando de creches no Estado. De lá para cá, a necessidade apenas se agravou.

Da sucursal

O diário gaúcho, Folha da Tarde, de 4 de abril de 1980, fez uma reportagem sobre creches, revelando a carência dessas instituições tanto na capital como no interior do Rio Grande do Sul. Apenas 132 creches estão localizadas na região metropolitana, área onde há maior participação da mulher no mercado de trabalho, em face da elevada concentração industrial.

Os números falam

Pelos elementos apresentados na reportagem, verifica-se que o descaso dos responsáveis pela política social no estado ainda permanece idêntico ao existente em 1976, quando um levantamento oficial revelou que mais de 100 mil crianças estavam necessitando de creches. Naquela época, os números indicavam a necessidade, em todo o estado, de pelo menos mais 428 creches, que atendessem às crianças do grande número de mulheres que trabalhavam fora do lar. Deve-se ainda levar em conta que, no Rio Grande do Sul, mais de 60% dos trabalhadores exercem atividades em empresas com até 10 empregados e que, assim, não estão obrigados a manter serviços de atendimento materno-infantil.

Apenas 47 creches, em todo o RS, mantêm convênio com 447 empresas, seguindo a determinação legal que exige a compra de vaga pela empresa, quando em seu quadro funcional tenha um grupo de 30 mulheres acima de 16 anos e não haja um local apropriado onde as mães possam atender aos seus filhos, nas horas de trabalho.

De acordo com dados oficiais, a população infantil de zero a sete anos, cresceu de 582.335 em 1970, para 697.768 em 1975, no Estado e hoje esse número deve ser duplicado, pelo menos.

As mobilizações têm início

Como tem acontecido em diversos lugares do país, no RS também começam a ser iniciadas as mobilizações sobre o problema das creches e de pré-escolas. Foi a partir de uma discussão sobre a questão da Mulher Trabalhadora, da Semara Sindical Independente, que surgiu a ideia de uma ampla campanha que abordasse o difícil problema da guarda das crianças durante as horas em que os pais devem ir ao trabalho.

Embora as mulheres sejam as mais sensibilizadas para a questão, porque a elas toca a tarefa mais pesada da educação e cuidado das crianças, foi de consenso geral que o assunto é de interesse de todos e que cabe ao Estado prestar esse serviço à população.

O movimento se estruturou através de uma coordenação formada por representantes de entidades (sindicatos, associações de bairros, clubes de mães, grupos feministas), e de diversas comissões, encarregadas de realizar as tarefas de levantamento de dados, divulgação e mobilização, bem como de arrecadar fundos para os trabalhos. Todos os trabalhos terão como objetivo fundamental a discussão e a conscientização entre a população, principalmente de vilas e bairros operários, da necessidade de se organizarem para reivindicar uma solução mais justa para o problema das crianças, que na sua maioria não tem qualquer tipo de atendimento materno-infantil e pré-escolar, causando intranquilidade nos pais que devem deixá-los abandonadas quando vão ao trabalho, ou então obrigando muitas mães a deixarem seus empregos para atendê-las.

Para isso, está-se preparando um questionário a ser aplicado pelos próprios moradores desses bairros e trabalhadores de diversos sindicatos, que servirá como veículo de discussão, levantando as necessidades principais de cada comunidade, principais horários para o atendimento das crianças, idades, etc.

Sabe-se que já existem projetos de urbanização que prevêm a obrigatoriedade de creches em 27 vilas de Porto Alegre. E é nesse sentido que o movimento pretende inclusive levantar a discussão sobre o assunto, para que os moradores possam ter as condições de conhecer sua realidade e discutir sobre seus interesses específicos, que tipo de creche ou pré-escola é mais interessante para aquela comunidade, etc. Além disso, manter o controle sobre os estabelecimentos que já existem, e que muitas vezes são meros depósitos de crianças ou se deparam com outros problemas sérios, como falta de verba ou de pessoal adequado, chegando inclusive a não funcionar prédios especialmente edificados e equipados por falta de gente.

O movimento, que já se chama Movimento por Creches e Pré-escolas de Porto Alegre, aparece num momento em que cresce a necessidade da discussão e organização, principalmente das mulheres. A nós, cabe a difícil tarefa de abrir mão de nossa própria integração produtiva na sociedade através de nosso trabalho. E é por isso que tentamos ampliar ao máximo esse movimento, para que toda a sociedade possa pensar soluções mais justas.

Também em Pelotas

Também em Pelotas, o problema de falta de locais onde deixar os filhos, começa a ser motivo de discussão e mobilização. Na Universidade Federal, os estudantes e alguns funcionários e professores, começaram a levar seus filhos para a faculdade, não só por não terem onde deixá-los, mas principalmente como forma de protestar contra a inexistência de creche na Universidade. Além disso, protestam contra o projeto que está sendo elaborado pelos professores da Faculdade de Ciências Domésticas, mais um curso onde as mulheres devem ser maioria total e absoluta) que propõe a criação de uma "creche experimental", com apenas 19 vagas e restritas aos filhos de professores e funcionários.

O movimento por creches, que começa a se organizar, coloca que a necessidade de atendimento às crianças é bem mais ampla do que essas escassas 19 vagas e que os estudantes devem ter o direito de também colocarem seus filhos aí. Esse movimento, formado por vários pais descontentes com a situação, por um grupo de mulheres estudantes e conta com o apoio de alguns professores. Eles pretendem realizar uma ampla discussão com os pais da Universidade, em cima dos três projetos existentes (o da fac. de Ciências Domésticas e outros dois elaborados por estudantes de Arquitetura), elaborar um projeto conjunto que atenda às necessidades de estudantes, professores e funcionários que tenham filhos e não tenham condições de pagar exorbitâncias cobradas pelas creches particulares. Um projeto que seja discutido e elaborado pelos pais das crianças que utilizarão a creche, e onde as diversas escolas (como Arquitetura, Educação) tenham condições de interferir.

“Só 5 não dá, mais de mil vai precisar!”

Bairros exigem mais creches

02.10.51

Parta n.º
N.º do recorte

0716

Jornal: O SÃO PAULO
19-24 / 09 / 1980

6

Pág.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

As mães que foram à Prefeitura no último dia 17, cantaram este refrão várias vezes. Eram quase 300 mulheres, que começaram a chegar às 9 da manhã, ao Gabinete do prefeito no Ibirapuera, representando mais de 40 bairros das regiões Leste, Norte, Sul e Centro. Sua intenção era cobrar a promessa feita por Reynaldo de Barros que as decisões a respeito da construção e funcionamento das creches que vêm sendo implantadas pela Prefeitura, continuariam as mesmas, sobre as reivindicações do Movimento de Luta por Creches.

Barros, diante de uma comissão de representantes do Movimento em Campo Limpo e dos pais da região, garantiu que as creches (7) que estão sendo construídas, serão diretas e os funcionários — gente do próprio bairro — selecionados o mais breve possível. Este encontro se deu no último dia 9 de setembro. No entanto, as mães querem uma resposta concreta, assinada pelo prefeito. “De promessas estamos cheias”, disse Lurdes, de Figueira Grande, “logo que esse

prefeito entrou, prometeu 800 creches para São Paulo, e já passaram 2 anos, cadê? Estão sendo construídas 14 na Região Sul. A maioria é mini-creche, e as construções são uma barbaridade — umas não têm piso conveniente, outras o pátio não é coberto, em alguns bairros puseram creche que o pessoal estava querendo em outro lugar, tem até algumas sem muro!”

PAPEL ASSINADO

A ida do dia 17 foi para exigir um documento assinado das promessas.

Mas, isso não aconteceu. As 9h45, havia uma grande concentração de mulheres na porta do gabinete, apesar do frio. Cantaram paródias e disseram refrões, até que foram avisadas que poderiam entrar no saguão, mas que o prefeito estaria inspecionando obras da Comgás, mesmo sendo uma quarta-feira, dia em que normalmente recebe parlamentares, representantes de entidades de bairro e associações. Quem recebeu as mulheres foi Tufic Jubran, secretário de Negócios Extraordinários.

As mães leram o documento entregue no dia 9/9, em que os representantes do Movimento por Creches, solicitados pelo prefeito a dar sugestões a respeito da construção e organização das creches, reforçam as reivindicações do Movimento. Isto é creches diretas, administradas e mantidas pela Prefeitura; funcionários escolhidos pelos bairros através das comissões de creche, estáveis; normas de funcionamento das creches elaboradas pelos moradores; bom atendimento médico; a entrega das outras 16 creches previstas e construção de novas nos bairros que há anos vêm lutando por elas; melhoria dos atuais projetos e na construção; e que a seleção já feita dos funcionários seja respeitada, já que foi realizada sobre decisões das comunidades. Também pediram alguns esclarecimentos sobre alguns funcionários do Serviço Social de uma das ARs, que foram demitidos por colaborar com o Movimento.

VAIA E RESPOSTA

Além desse, leram outro documento em que exigem o funcionamento das creches que estão sendo construídas até dia 12 de outubro, e que para 120 crianças, se contrate 40 funcionários: “Para se poder dar um atendimento que garanta que as nossas crianças sejam realmente educadas e não somente alimentadas”. Alguns bairros como Vila Paulistana, na Zona Norte, Cerqueira César, do Centro e Jardim São Nicolau, Leste, enviaram cartas reivindicando creches-padrão diretas e fidelidade ao projeto inicial das que estão sendo implantadas, e foram lidas pelas mães.

Jubran assinou — como tendo recebido — todos os documentos, e repetiu verbalmente as promessas de atendimento às reivindicações. Disse que o prefeito está preocupado com a situação das crianças “fechadas nos quartos para a mãe poder ir trabalhar”, e que no início de seu mandato havia apenas 4 creches funcionando. Jubran afirmou que estão previstas 300 creches,

mas “os financiamentos não estão vindo”.

A respeito do favorecimento de candidatos, na seleção de funcionários para as creches de Santo Amaro (veja O São Paulo 1275), disse: “Nós encaminhamos todas as pessoas que nos procuraram, mas a seleção é que vai dizer se pode ou não ser funcionário municipal”.

No entanto, as mães da região estranharam o fato da carta de um candidato à vaga em creche, assinada pelo próprio Jubran ter sido enviada à Coordenadora do Bem Estar Social, Terezinha Fram, e não diretamente ao Posto de Inscrição. Ana de Interlagos: “Qualquer um pode indicar um candidato, é coisa simples, diretamente à inscrição. Mas, o senhor Jubran enviou diretamente ao Cobes, pedindo o encaminhamento do candidato. Isto é favoritismo?”

Talvez tenha sido por esta causa que Jubran foi vaiado sonoramente pelas mães, quando, irritado, garantiu que a seleção feita para os candidatos às vagas nas creches, seria respeitada. (Jô Azevedo)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHAS PAULISTANAS*

Data: *08/10/80*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

“Mãe-residente” é projeto para suprir creches

A Secretaria Municipal de Educação anunciou ontem que pretende desenvolver um projeto que prevê a utilização de residências particulares situadas em torno das Escolas Municipais de Educação Infantil, na periferia da capital, para receber pequenos grupos de crianças de até três anos de idade.

Segundo o secretário Jair de Moraes Neves, o projeto será desenvolvido experimentalmente durante três anos e visa a suprir a falta de creches “para resolver o problema da mulher que trabalha fora e não tem onde deixar os filhos pequenos”. As “mães-residentes” receberão salários da Prefeitura para cuidar dessas crianças.

Fol. 2/10/80 **PÁG.13**

(DOC. INCOMPLETO)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FCCH TPCC*

Data: *08/10/80*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Periferia vai F. Tande 8/10/80 ganhar mais

quatro creches

O secretário Paulo Gomes Machado, de Serviços e Obras, anunciou ontem a construção de mais quatro creches na periferia, o que elevará para 70 o número total de unidades concluídas pela Prefeitura ou em construção. As novas creches prometidas exigirão investimentos da ordem de 15 milhões de cruzeiros e deverão beneficiar as regiões de Santo Amaro, Penha e São Miguel-Ermelino Matarazzo.

Em Santo Amaro serão abertas duas creches, ao custo de 11,3 milhões de cruzeiros, com capacidade para 120 crianças. A do Jardim Maria Luiza terá um pavimento e a de Vila Missionário dois, devendo ser inauguradas dentro de 180 dias.

A creche de Vila União, na Regional da Penha, e a de Vila Siria, na Regional de São Miguel-Ermelino Matarazzo, custarão 3,7 milhões de cruzeiros e cada uma terá capacidade para 45 crianças, devendo ser construídas em 90 dias. Ainda este mês a Prefeitura deverá concluir 22 creches, com capacidade para abrigar cerca de 2.500 crianças, na faixa etária de zero a três anos — dez em Campo Limpo, nove em Santo Amaro, uma na Freguesia do Ó, uma no Ipiranga e outra em Pirituba-Perus.

Prefeitura vai atender crianças até três anos

Secretaria de Educação pretende usar residências como creches

THEREZA MARTINS

A Prefeitura de São Paulo assinou convênio com a Fundação Bernard Van Leer, com sede na Holanda, para implantação de um projeto de atendimento a crianças com idade até três anos incompletos, que será desenvolvido pela Secretaria de Educação do Município.

Um dos objetivos do projeto é dar atendimento integrado à criança, além de aperfeiçoar as suas condições de saúde e alimentação e experimentar um modelo alternativo de educação pré-escolar que não seja dispendioso, segundo explicação do secretário de Educação, Jair de Moraes Neves.

As principais características do projeto são o seu caráter comunitário e o fato dele ser desenvolvido unicamente em regiões carentes. Ele prevê o desenvolvimento de uma rede de Residências de Apoio Comunitário (RAC) — nome original do projeto — em torno de uma Escola Municipal de Educação Infantil (Emel). As residências particulares utilizadas deverão ser adaptadas, com autorização do proprietário, para receber um pequeno grupo de crianças da comunidade — cerca de cinco ou seis.

O atendimento a essas crianças será dado pela mãe-residente e por adolescentes e outros membros da comunidade, previamente selecionados e treinados para esse fim. Segundo o secretário Jair Moraes Neves, os participantes do projeto serão assessorados por pessoal especializado.

O programa das Residências de Apoio Comunitário deverá suprir a falta de creches e funcionará em período integral, "para resolver o problema da mulher que trabalha fora e não tem onde deixar os filhos pequenos", diz o prof. Jair de Moraes Neves.

REGIÕES CARENTES

O projeto das RACs será implantado em áreas delimitadas dentro das regiões mais carentes de São Paulo. Inicialmente, ocupará dois núcleos em locais a serem definidos, mas que deverão estar entre os seguintes: Campo Limpo, São Miguel, Ermelino Matarazzo, Itaquera, Guaianases, Santo Amaro e Vila Prudente.

A definição dos locais deverá levar em consideração a população infantil até três anos, a situação profissional das mulheres da comunidade, renda familiar, con-



O secretário municipal de Educação, Jair de Moraes Neves, considera o projeto uma solução para a mãe que trabalha fora.

dições físicas e higiênicas de moradia e disposição dos moradores para participação no programa.

Outro aspecto importante para definir a localização do programa das RACs é a inexistência de creches na região escolhida e proximidade obrigatória a equipamentos de saúde.

Como ponto de apoio aos núcleos, a Secretaria de Educação escolherá duas escolas municipais de educação infantil. Ao redor de cada uma serão escolhidas, aproximadamente, vinte residências para a montagem do programa. A Secretaria de Educação tem prazo de seis meses para concluir o levantamento de dados sobre os locais onde implantará os dois primeiros núcleos das RACs.

Segundo informação do secretário Jair de Moraes Neves, a Fundação Bernard Van Leer aplicará Cr\$ 18 milhões nos três primeiros anos — fase experimental — do projeto, verba esta que poderá ser suplementada posteriormente.

DEFICIÊNCIAS

Entre a série de justificativas para implantação do projeto das RACs, o secretário Jair de Moraes

Neves destaca o fato de o sistema educacional ser incapaz para atender a toda a população escolar. "Nós precisaríamos hoje, na cidade de São Paulo, de quase mil escolas de educação infantil, e temos apenas 154. As RACs poderiam auxiliar na solução desse problema." O prof. Jair de Moraes Neves informa, também, que o número de crianças em São Paulo, até cinco anos, é de dois milhões, aproximadamente.

Ele afirmou ainda que um dos aspectos mais importantes das RACs é o fato de poderem dar assistência, na área de higiene e alimentação, para crianças carentes que por falta de cuidados nos três primeiros anos de vida "podem sofrer sérios prejuízos em seu desenvolvimento físico e mental, quase sempre irreversíveis".

De acordo com o projeto de atendimento pré-escolar comunitário, o trabalho das mães-residentes e das colaboradoras será pago pela Secretaria da Educação e as mães que se utilizarem das RACs contribuirão com uma quantia, mesmo que simbólica. A alimentação das crianças será fornecida pelo serviço de merenda escolar da Secretaria de Educação.

Temas familiares palpitantes

Pe. Anúncio J. CALDANA

A Pastoral Familiar tem como objetivo, promover os valores essenciais da Família, como a solidariedade, a participação, o sacrifício e, através destes valores, tornar a família um elemento de irradiação apostólica.

A visão hedonista do amor opõe-se à solidariedade familiar. Esta leva à compreensão e à fidelidade. A participação cria a corresponsabilidade de todos os membros, na medida em que os filhos crescem. O sacrifício é a expressão do amor que se entrega, para o bem dos outros, acima do egoísmo e do comodismo.

— Há desajustamentos nas relações conjugais e familiares, pela falta de cultivo permanente destes valores. Este cultivo poderia evitar, por exemplo, as tensões criadas pelas diferenças de padrões sociais, psicológicas, culturais, religiosas... dos casais.

— Outra fonte de tensões, que cau-

sa desajustes, são as necessidades desnecessárias, criadas pela sociedade de consumo. Impedem o encontro necessário dos membros da família.

— As imagens falsas, produzidas pelos meios de comunicação sobre os valores da vida conjugal e familiar, dificultam a pastoral familiar, fundada nos valores evangélicos do matrimônio.

Todas estas e outras dificuldades criadas à vida familiar, entre outros males, facilitam uniões matrimoniais superficiais e muitas vezes patológicas, de curta duração. As separações consequentes são sempre dolorosas e criam sérios problemas para o casal e os filhos.

Vive a família num ambiente social que se opõe a seus valores essenciais, criando-se sérios obstáculos à pastoral familiar para a evangelização da família e pela família.

Para prevenir e sanar estas dificuldades, impõe-se:

a) Uma educação para o amor, como formação da personalidade, a partir

da infância, para a maturidade futura na vida matrimonial.

b) A valorização da vida familiar, acima da valorização da vida profissional.

c) Uma preparação para a vida matrimonial e familiar, não somente às vésperas do casamento, mas de longa duração, ministrada em todas as instituições possíveis, e graus de ensino.

d) A criação de centros de assistência aos casais, em todas as suas dificuldades, em particular para orientar a educação dos filhos.

e) A conscientização da comunidade sobre os benefícios que o cultivo dos valores familiares trazem para a família e para a sociedade.

Os programas propostos como instrumento para a pastoral familiar, são os seguintes:

a) Preparação de recursos humanos, através de:

— cursos de formação de educadores familiares, em nível universitário de graduação e pós-graduação;

— cursos intensivos de educação para o amor, para pais e educadores;

— cursos de preparação de pessoal para ministrar orientação aos noivos.

b) Recuperação de casais através de:

— encontros para casais em crise;
— consultórios matrimoniais para aconselhamento e terapia de problemas, que criam desajustes familiares.

c) Produção de programas de Orientação Familiar, para serem ministrados em empresas e divulgados pelos meios de comunicação.

A prática destes programas torna-se indispensável para uma afetiva pastoral familiar. As experiências já realizadas de alguns projetos dos programas propostos, trouxeram resultados satisfatórios, em especial, nos cursos intensivos de Orientação Familiar, nos Encontros de Casais em crise e no Centro de Assistência Psicológica à Família.

Jonald. Caspelle
Data 29/10/80
Pg. 3

Parta n.º
N.º do recorte

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA S.PAULO*

Data: *10/10/80*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Mãe residente

FLSP 10/10/80

A implantação de Residências de Apoio Comunitário na periferia da cidade foi anunciada pela Secretaria Municipal de Educação. A idéia é utilizar casas particulares, localizadas na proximidade de uma escola, onde crianças até três anos possam ser cuidadas por mães que não tenham emprego. O projeto seria implementado como uma forma de solucionar, em parte, o grave problema causado pela falta de creches nas regiões mais pobres da cidade, onde, por necessidade de trabalho, as mulheres são obrigadas a deixar seus filhos desassistidos.

A fórmula não é nova. Já na França do século 18, método semelhante era utilizado, principalmente para evitar a elevada taxa de mortalidade existente nos asilos para menores abandonados. Evidentemente, a medida é um paliativo que não substitui um sistema de creches públicas capazes de atender adequadamente tanto o aspecto educacional, quanto o sanitário e de segurança.

O governo tem recorrido, muitas vezes, para resolver os problemas da população, a fórmulas que ressaltam pelo seu aspecto comunitário. É o caso deste projeto, que parte do princípio da utilização da infraestrutura particular como maneira de suprir a ausência de recursos que deveriam ser fornecidos pelo Estado. Recuperam improvisações que surgem naturalmente no cotidiano popular, como é o revezamento no cuidado dos filhos de mães que trabalham. São soluções provisórias mas, não obstante, elogiáveis, pois revelam uma iniciativa popular que é frequentemente o germe da cidadania.

A proposta ora aprovada pela Secretaria da Educação do município de São Paulo tem o mérito de buscar uma saída para o problema das crianças das famílias de baixa renda, que por falta de assistência estão sob ameaça de virem a integrar o contingente dos menores delinquentes. Quiçá sirva também para mostrar que as iniciativas populares devem ser levadas em conta mais frequentemente.

Iniciada a implantação das creches projetadas pela Emurb

Além do programa de Residências de Apoio Comunitário - Rac (residências particulares adaptadas para funcionarem como creches, recebendo grupos de cinco ou seis crianças da comunidade), que será implantado pela Secretária de Educação do Município, a Prefeitura inicia, com uma unidade-piloto, o programa de implantação de 53 creches propriamente ditas.

Essas creches serão construídas segundo um projeto-padrão desenvolvido em conjunto pela Cobes - Coordenadoria de Bem-Estar Social e pela Emurb - Empresa Municipal de Urbanização; a Cobes deu a orientação quanto às necessidades funcionais e operacionais de uma creche e a Emurb, com base nessa orientação, criou um projeto modular, de construção racionalizada, permitindo inclusive o aproveitamento de terrenos acidentados sem maiores gastos com terraplenagem.

Cada creche-padrão poderá atender até 150 crianças com idades entre zero e 18 meses, e a primeira unidade, segundo informou o presidente da Emurb, Octávio Speranzini, será implantada no Jardim São Nicolau, na rua Brook Taylor, num terreno com cerca de 1.800 Metros quadrados. Já foram iniciados os trabalhos de levantamento topográfico, de instalações prediais e os cálculos estruturais. Essa primeira creche beneficiará também os bairros de Vila União, Vila Copacabana, Vila Campanela, Jardim Coimbra e Jardim Noroeste.

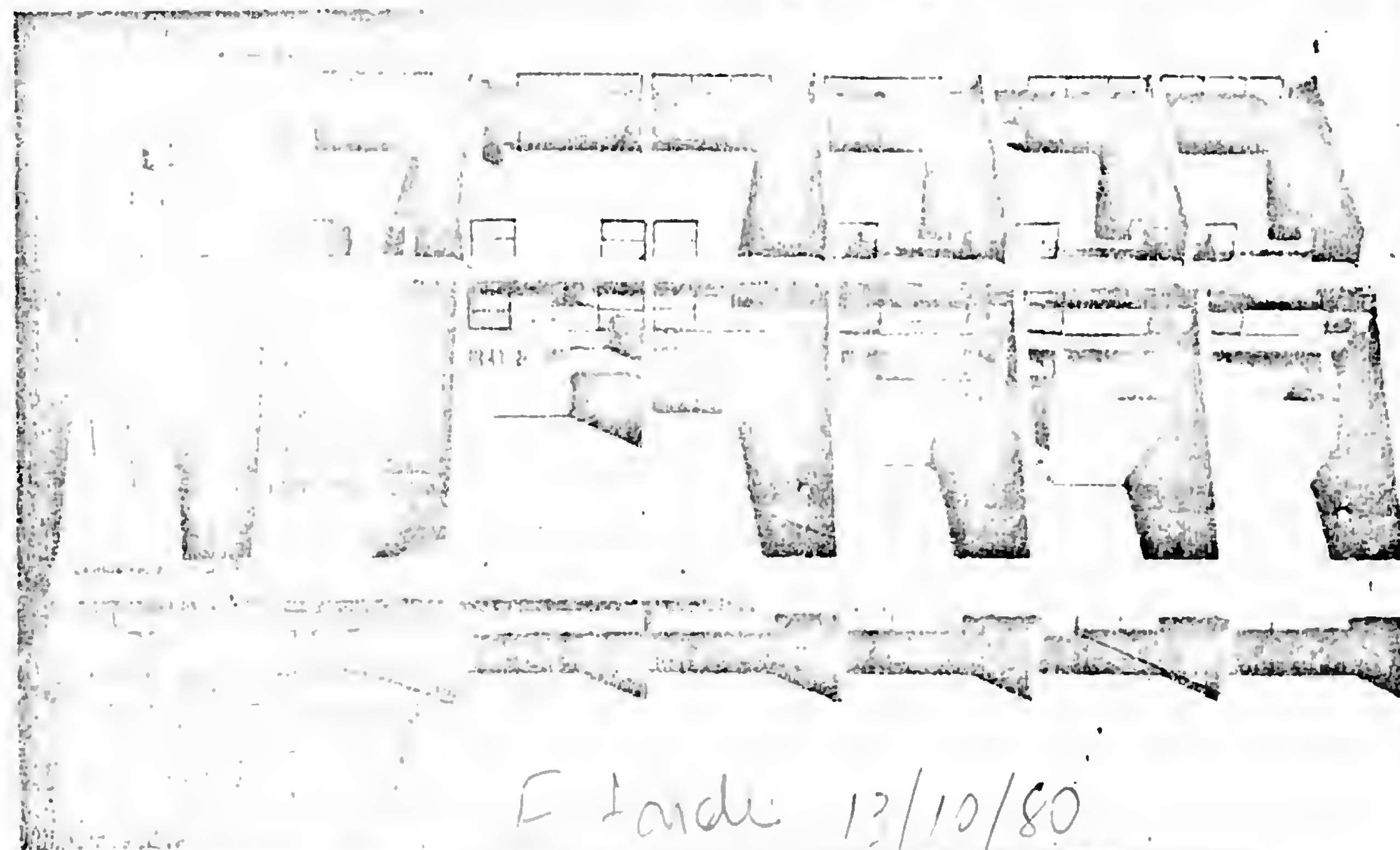
Além dessas 53 unidades, o

utilizado dentro do Programa de Reurbanização de Áreas em Deterioração na Periferia-Propriedade, cujo projeto-piloto a Emurb está executando na Zona Norte, abrangendo o Jardim Damasceno, Jardim Carombé e Jardim Vista Alegre; também nessa área já foram iniciados os trabalhos de levantamento topográfico, sondagem e reconhecimento do subsolo.

O PROJETO-PILOTO

A edificação, mais econômica pela racionalidade do projeto, oferecerá um ambiente salubre, seguro e adequado à permanência prolongada das crianças. Além disso, ao elaborar o projeto-padrão, a EMURB previu que as instalações deveriam ser duráveis e de manutenção fácil e barata.

O projeto tem como princípio básico a repetição de módulos ao longo de um corredor de distribuição. Cada módulo abre duas faces para ventilação e iluminação (o que permite ventilação cruzada) e abriga cada uma das unidades funcionais: berçário, sala de aula, cozinha, lavanderia etc. Cada unidade tem acesso através do corredor e pelo lado externo. Um beiral externo garante insolação moderada, além de uma proteção para eventuais atividades externas, como jogos e brincadeiras. A distribuição hidráulica e elétrica é feita através de um corredor e, portanto, dá acesso a cada módulo. A cobertura é de laje de forro pré-fabricada com sombreamento de telha de cimento amianto, formando um colchão



O princípio básico do projeto é a repetição de módulos ao longo de um corredor.

de ar de 40 cm, para conforto térmico.

Está prevista ainda a repetição em larga escala, com adaptação a terrenos com formas irregulares, inclinações diversas (reduzindo portanto o custo com serviços de terraplenagem) e exposição ao sol variada. A adaptação do projeto em terrenos irregulares se dá a partir do agrupamento de módulos (com corredor correspondente) em patamares de acordo com a melhor disposição do terreno, podendo ter desníveis de até dois metros.

Das unidades funcionais previstas seis serão salas de aula

equipadas com uma unidade sanitária exclusiva (bacia, chuveiro e bancada) e com acesso a uma área externa privativa. Essas salas abrigarão atividades de grupos divididos em três faixas etárias diferentes. Os dois berçários, com capacidade para atender até 28 crianças de zero a um ano e seis meses, serão utilizados também para troca de roupa e banho das outras crianças. Terá acesso a uma área externa exclusiva, à lavanderia e a cozinha. Externamente será colocado um tanque para a lavagem dos panelões. A lavanderia terá um vestiário para os funcionários e dois banheiros.

Os usuários poderão contar ainda com uma enfermaria, um almoxarifado e um local para atividades de secretaria, diretoria e espera. Um pátio, com acesso a dois banheiros, será destinado a atividades coletivas.

LOCAIS

A escolha de locais para a implantação de cada equipamento, em terrenos da Prefeitura, será feita dentro de alguns critérios já estabelecidos. Um deles visa a facilidade de acesso à clientela, com localização preferencial em vias de acesso secundárias, evitando-se assim, poeira e ruído, mais comuns em vias de trans-

porte coletivo e tráfego intenso. Será também evitada a localização entre edifícios de grande altura que, pelo efeito da sombra, venham a prejudicar a insolação da creche. E ainda, haverá preferência pela localização mais próxima de serviços públicos já existentes na região, como equipamentos de saúde, educação e lazer.

O PROGRAMA

De acordo com a programação básica da Cobes, a implantação das creches visa atender a crianças carentes pertencentes a famílias com renda mensal de até quatro salários mínimos, com prioridade para as de renda mensal na faixa de zero a dois.

Atuando 12 horas por dia, cada creche deverá ter grande importância social, não apenas por prestar um atendimento que proporcionará condições favoráveis ao desenvolvimento das crianças beneficiadas, mas também por possibilitar a liberação da mão-de-obra feminina, e, consequentemente, a melhoria das condições sócio-econômicas das famílias.

As creches estarão capacitadas, ainda, não apenas a acompanhar o estado físico e mental das crianças, mas também a exercer um controle da higiene e saúde do pessoal. Além disso, haverá a garantia de uma alimentação equilibrada, de modo que a criança possa suprir as suas necessidades nutritivas diárias.

As atividades psicopedagógicas, por outro lado, serão programadas tendo em vista o desenvolvimento global da criança - sem deixar de considerar aspectos importantes como a criatividade e motricidade, de modo a possibilitar a sua socialização.

A prática Pastoral para a família de hoje

Enquanto os bispos analisam em Roma as funções da família cristã no mundo, abordamos alguns aspectos da Pastoral tendo em vista a nossa realidade.

Pe. J. Eduardo de Souza Campos Filho

A Teologia da Família terá uma ajuda indiscutível da Psicologia e da Sociologia. Como sabemos, as ciências não fazem um juízo da realidade: elas analisam as coisas como elas são. A Teologia a partir daí poderá determinar uma práxis pastoral.

Vivemos numa época em que predomina a Técnica, a Tecnoestrutura e a Tecnoburocracia. Assim, todas as instituições sociais serão afetadas por esta tendência, a família também.

A família será muito mais um elemento de influência que influenciador da Sociedade. A Economia, a Política, a Educação, os Meios de Comunicação Social, etc., vão exercer uma influência capital na organização familiar de hoje "Por isso mesmo as tradicionais comunidades locais (famílias patriarcais, clãs, tribos, aldeias), experimentam cada dia transformações mais profundas em seus variados grupos e relações de comunidade social" (Constituição Pastoral Gaudium et Spes, n.º 213).

A família é a primeira comunidade e ela está sendo atingida pelos erros da Sociedade de hoje. "Difunde-se pouco a pouco uma sociedade de tipo industrial, conduzindo algumas nações à riqueza econômica e transformando profundamente as concepções e condições de vida social estabelecidas desde séculos. Cresce paralelamente a civilização urbana, não só pela multiplicação das cidades e de seus habitantes mas também pela expansão do modo de vida urbana às zonas rurais. (Constituição Pastoral Gaudium Et Spes, n.º 214).

O individualismo dos grandes centros urbanos faz com que a família sofra a consequência do que foi dito. Primeiro com o trabalho da mulher fora do lar, para ajudar no orçamento da casa; depois os filhos que começam a trabalhar cedo, ao mesmo tempo que estudam.

Este individualismo acarreta a falta de diálogo entre os membros da família. Os meios de comunicação social são um exemplo de como isso pode ocorrer. A televisão começa a se alastrar por todas as camadas sociais e mesmo na classe baixa, onde a tendência é de maior entrosamento, isso vai acontecer. A televisão, além de elemento desagregador, pode também ser fonte de ilusões, pois a ficção e a realidade são misturadas.

O anonimato é outro perigo para a Sociedade e para a Família. Antigamente as famílias eram conhecidas pelos seus nomes; hoje o que vale são as posições sociais e não mais as qualidades herdadas.

Outro perigo é o isolamento em que a família se coloca dentro da Sociedade como um todo. Quase tudo (educação escolar, lazer, religião, etc.) é feito fora do lar. Para a família resta apenas o convívio humano e mesmo este é contaminado pela sociedade individualista em que vivemos.

As famílias atualmente não são mais conglomerados maiores. "A Sociedade, para que unione, requer as mesmas exigências do lar: formar pessoas conscientes, unidas em comunidade de fraternidade para fomentar o desenvolvimento comum. A oração, o trabalho e a atividade educadora da família, como célula social, devem, pois, orientar-se a trocar as estruturas injustas pela comunhão e participação entre os homens e pela celebração da fé na vida cotidiana" (Conclusões de Puebla, n.º 587).

A família é também prejudicada pelas facilidades de locomoção. Muitas vezes as amizades familiares se dão quase sempre com pessoas que moram afastadas e com isso não existem muitos laços em comum.

Os movimentos classe média, a prática na periferia da cidade...

"Tendo em consideração os ensinamentos de Medellin, de Paulo VI e o recente magistério de João Paulo II acerca da família: "Envidai todos os esforços para que haja uma pastoral da família. Daí assistência a um campo tão prioritário, na certeza de que, no futuro, a evangelização depende em grande parte da Igreja doméstica, (Discurso Inaugural, IV a) AAS LXXI, p. 204) ratificamos a prioridade da Pastoral familiar dentro da pastoral orgânica da América Latina (Conclusões de Puebla, n.º 590).

A prática pastoral para a família de hoje em nossa cidade está marcada por movimentos de casais e Paróquias que tentam uma renovação estrutural, e por comunidades Eclesiais de Base.

Os Movimentos (Encontros de Casais com

Cristo, Equipes de Nossa Senhora, Movimento Familiar Cristão etc) estão voltados para classe média. Na maioria destes movimentos a participação se dá só com os casais e só esporadicamente incluem os filhos. Os resultados são de valia em alguns casos, mas na verdade não há um comprometimento com a realidade social. É conhecido o número grande de casais que ingressaram na pastoral através destes movimentos, mas não é um número muito grande dado à quantidade de pessoas envolvidas na preparação de um Encontro. A formação doutrinal é feita na maioria das vezes individualmente. O conhecimento dogmático, moral e escriturístico, é pequeno na maioria dos que se dedicam à preparação e realização dos Encontros.

As Equipes de Nossa Senhora, por exemplo, substituem a Comunidade Eclesial de Base dos bairros periféricos. Estas equipes têm a preocupação de unir e evangelizar as famílias. A espiritualidade é herdada da Europa do após-guerra. As questões propostas em suas reuniões são sempre voltadas ao diálogo entre marido e mulher, educação dos filhos, vida espiritual familiar. Muitos destes grupos procuram individualmente, uma participação paroquial; isto torna o grupo ou o casal inserido numa comunidade mais ampla.

O Encontro de Casais com Cristo engaja um número grande de pessoas. Os que fazem o Encontro, recebem uma espiritualidade diversa da que recebeu em sua juventude nos Colégios Católicos. Os que têm uma formação religiosa adequada às exigências atuais da Igreja, recebem através dos Encontros uma animação para a vida cristã mas não no sentido de evangelização do meio, como era proposto pela Ação Católica, mas de religiosidade de ação inter-ecclesial e de promotores de novos encontros.

Nas Paróquias os círculos bíblicos, da Quaresma e do Advento unem famílias, mais informalmente. Os temas propostos estão mais próximos a uma visão social cristã porque preparados de acordo com o espírito da Campanha da Fraternidade.

As Paróquias, no que diz respeito à família, têm em sua maioria uma postura de fazer com que toda a família participe. A catequese, os grupos de adolescentes, de jovens, os cursos de preparação do casamento e de batismo podem em muitos

levar toda a família a participar das atividades paroquiais. Muitas paróquias, entretanto, têm pouco de prestação de serviços religiosos e sobre a administração dos sacramentos. Puebla, na: "Considerar a catequese pré-sacramental, a celebração litúrgica como ocasiões privilegiadas para o anúncio do Evangelho do amor conjugal e familiar e resposta ao mesmo" (Conclusões de Puebla n.º 605).

Mais na periferia, algumas comunidades guardam tradições passadas, como a comemoração dos Santos padroeiros. Na maioria dos casos a família toda está presente, mas não recebe ação religiosa; a participação se dá no sentido de evocação e de auxílio às obras sociais, ou não, das comunidades. Muito se tem feito no sentido de adaptar às exigências dos tempos modernos a ação dos mais desfavorecidos.

As Paróquias começam agora a sofrer mudanças no que diz respeito às exigências do mundo de hoje. A demarcação territorial constitui em alguns casos um obstáculo para a Paróquia por opção. O jurídico não acompanhou a pastoral. Assim, a família que participa de uma comunidade, nos momentos marcantes como o batizado ou o casamento dos filhos, tem que recorrer a outras comunidades para o curso de preparação e a ministração do sacramento ou a transferência. "Além da família, que é o primeiro centro de evangelização, o homem vive sua vocação fraterna no seio da Igreja particular, em comunidades que tornam presente e operante o desígnio salvífico do Senhor, vivido na comunhão e na participação. Assim, dentro da Igreja particular, devem-se considerar as paróquias, as comunidades eclesiais de base e outros grupos eclesiais" (Conclusões de Puebla, n.º 617).

As comunidades eclesiais de base estão voltadas à participação social. O grande problema é a determinação de católicos autênticos e os que o são apenas de nome. A preocupação social nem sempre leva a um comprometimento religioso verdadeiro. Muitas são as tentativas. A participação do leigo, depois do Vaticano II, levou muitos cristãos a serem agentes de pastoral. A falta de diáconos ordenados torna em alguns casos temporários as lideranças. Assim, não há um comprometimento com a Igreja hierarquicamente falando e os trabalhos passam a ser circunstanciais e temporários.

"A família é imagem de Deus, que 'no íntimo do seu mistério não é uma solidão, mas uma família' (João Paulo II Homilia Puebla AAS LXXI, p. 184 e Conclusões de Puebla n.º 582).

Não resta dúvida de que a família quer socialmente falando, quer teologicamente falando, não terminará naquilo que ela tem de essencial. Vendo o passado e o presente, podemos dizer que será a família do futuro, se bem que com uma previsão sujeita a erros.

No campo social existem duas tendências: uma de continuismo, outra de modificação. No caso de modificação, dois caminhos podem ser levados em conta: uma dialética, outra de substituição ao que já existe.

Analizando a família em todos seus aspectos, chegaremos ao futuro

A família hoje é de tipo nuclear. Marido, esposa e filhos isolam-se do contexto social mais amplo. No passado isso não se dava. Com a emancipação da mulher, trabalhando; com os filhos estando pouco tempo em casa, a família tende a ser exclusivamente para a convivência. Isso acentuará maior os laços das pessoas que nela participam, ao mesmo tempo que cada membro isoladamente receberá maior influência da sociedade. As crianças receberão também maior influência no processo de socialização por cada vez mais cedo eles vão à escola.

A influência dos pais será maior nos primeiros anos de vida. Mesmo assim o crescimento número de creches, para as camadas mais baixas da população, a influência social será maior.

Para a Juventude, a obrigatoriedade do banho e estudo tem levado os mesmos a uma menor presença em casa e no convívio com os pais.

Os meios de comunicação social, em especial a televisão, trarão às famílias um modo de ver as coisas cada vez mais próximos, mas talvez de um modo cada vez mais banal. É o banal e unidimensional que se está criando.

As horas de trabalho do marido e do filho em vez de diminuírem, como está previsto pelos economistas, provavelmente serão aumentadas porque a sociedade de consumo cria cada vez mais, maiores necessidades. A propaganda concorrerá em caráter predominante para que tudo isso se dê.

A criança, o jovem e os pais terão laços mais personalizados. Muitas famílias partirão para comunidades mais amplas. A Igreja neste caso está favorecendo esta expectativa com as comunidades religiosas que envolvem toda a família. A comunidade religiosa familiar exerce quase que um papel de salvação para essa realidade social.

O perigo que pode ocorrer, é a pouca formação religiosa destes grupos e assim os mesmos terão uma religiosidade sentimental ou superficial. "Em geral: em nossa Igreja da América Latina há grande anseio de relações mais profundas estáveis na fé, amparadas e animadas pela palavra de Deus" (Conclusões de Puebla n.º 618).

O consumismo da sociedade atual será com o passar do tempo um fator irrelevante porque cada família terá um limite de consumo. Isto porque mesmo com a tendência do individualismo de cada membro da família (tendência economicista e tecnocrática atual), muitos bens são comuns entre os membros da família; e a quantidade dos bens individuais tem sempre um limite.

O maior problema que existe entre a maioria das famílias de hoje é que mesmo com todos os membros trabalhando, a sobrevivência mínima não é assegurada. Isto de fato pode provocar, com o passar do tempo, um problema grave. Porque as horas de lazer de toda a família passam a ser horas de lazer-comum. E neste caso o que atua mais, é o fator individual.

O aborto, o divórcio, o amor livre, os anticoncepcionais, e a intervenção do Estado na paternidade responsável são fatores consequentes de questões sociais porque tudo isso é gerado pela sociedade de hoje. "A família apresenta-se outrossim como vítima dos que convertem em ídolos o poder, a riqueza e o sexo. Para isso contribuem as estruturas injustas, sobretudo os meios de comunicação social, não só com suas mensagens de sexo, lucro, violência, poder, corrupção, mas também pondo em destaque elementos que contribuem para propagar o divórcio, a infidelidade conjugal e o aborto ou a aceitação do amor livre e das relações pré-matrimoniais (Conclusões de Puebla n.º 573).

O combate a estes males deve ser feito através de mudanças sociais em que os valores evangélicos estejam presentes.

SV 10/10/01 PY 11/11/01



Dia 12 de Outubro

Fala a criança

Presente daqui, presente de lá, neste domingo, dia 12, se comemora o Dia da Criança. É quando alguém se lembra que elas existem, e as levam para passear, elas vão a parques, passeios, vão a excursões. Mas na realidade, ninguém pensa nelas.

É por respeitar a criança, e não unicamente seu dia, instituído pela propaganda, que apresentamos aqui a sua fala. Quais são os seus problemas, como é o seu dia-a-dia, é mostrado em seguida, com depoimentos à repórter Taeco Toma.

Hélio, de 13 anos, trabalha como empacotador de supermercado. O trabalho para ele é "um negócio importante porque posso ajudar minha mãe, posso comprar todas as coisas que quero, posso comprar material escolar. Ganho 3 mil cruzeiros por mês e dou todo o dinheiro pra minha mãe. Moro no Jardim Guarani e tenho mais três irmãos, um de 8, outro de 5 e o outro, de 2 anos".

A noite, das 7,20 às 11 horas, Hélio vai à escola: "A escola é um negócio importante pra eu ser um bom menino e arranjar serviço melhor". Chega em casa por volta da meia-noite, vai dormir à meia-noite e meia, para levantar às 5,30 horas. Apesar de ter uma vida de adulto, Hélio considera-se criança porque "não posso fazer as mesmas coisas que os grandes fazem. Eles podem sair à noite, podem ir para qualquer lugar sem ordem da mãe. Agora, as crianças não podem. Eu, pelo menos, não posso".

Tânia Maria (15 anos), Andréa (11 anos), Tânia Cristina (11 anos) e Marisa (13 anos) estavam saindo de um Colégio Estadual no Cambuci, porque a professora faltara. Animadas, aceitaram conversar e falaram todas ao mesmo tempo, com Tânia reivindicando a palavra "porque sou a mais velha".

"Ser criança é ter vida muito infantil, muito boba. A criança não sabe nada, não tem liberdade" (Tânia Maria).

"Acho que ser criança é bom porque quando a gente fica adulto, não pode mais brincar, se divertir" (Andréa). "Enquanto a gente é criança, deve-se aproveitar, porque depois não tem mais jeito, depois vem a preocupação maior. Tem muita criança que quer ser adulto, mas tudo tem a sua hora" (Tânia Cristina).

"Na escola se ensina tudo, até uma educação para se realizar na vida" (Tânia Cristina). "A escola prepara o futuro da gente. Sem a escola, não poderemos ter emprego, nem conhecimento" (Marisa). "Educação é disciplina ensinada pelos maiores, pais, professores, governantes" (Tânia Maria). "Educação é disciplina que os mais velhos dão, que é necessária, que se pode usar em qualquer lugar, na escola, dentro da sala de aula, principalmente, dentro de casa" (Tânia Cristina).

Já Carlos Eduardo, de 12 anos, considera-se adolescente, embora confessasse que gostaria de ganhar um jogo no Dia da Criança: "Tem gente que quer crescer logo, como eu. Tem gente que quer ficar criança pra sempre porque quer continuar brincando. Quero crescer logo, porque estou louco pra ser adulto, pra trabalhar, ajudar minha mãe, por dinheiro na Caderneta de Poupança, dar dinheiro pra mi-

Crianças de 3 a 14 anos reúnem-se três vezes por semana na comunidade de base de Jardim Itápolis. A princípio, houve tentativa de se fazer uma entrevista coletiva, com as crianças respondendo coletivamente: "Criança é gente pequena. É menor, do nosso tamanho. É nenê. É gente feliz. É alegria, nós somos alegres. É igual a Jesus quando ele era pequeno. É futuro do Brasil. É futuro da independência do Brasil. Eu sou criança".

"Escola? Bom, é onde se estuda, aprende a ler, aprende a ser educado, a respeitar as autoridades. Aprende a não falar mentira, a não xingar um ao outro, a não xingar nos recreios. Lá dá lanche todo dia. Escola ensina a fazer lição. É o ensino da profissão. É onde a gente aprende educação. É onde aprende a ler, escrever, e quando crescer, dá pra trabalhar."

O cotidiano dessas crianças é o cotidiano da pobreza. Daniel (11 anos). "Eu trabalho. Vou à feira de quinta, domingo e terça-feira. Ajudo meu colega a fazer carroto e vendo legumes na banca. Eu gosto de fazer isso porque estou trabalhando, juntando dinheiro pra ajudar a mãe da gente. É bom trabalhar porque o homem tem que ser trabalhador e não vagabundo".

"Ganho 60, 70 cruzeiros — continua Daniel — Ganho também legumes, alface, batata doce e outras coisas. Tudo que ganho, dou pra minha mãe. Eu gosto de trabalhar. Já trabalhei como servente, ganhando 100 paus por dia. Carregava blocos para os homens, carregava tijolo, buscava água pra fazer massa, ajudava a misturar massa, carregava cal. Só não carregava cimento que era muito pesado".

Renato (14 anos) considerado mais experiente pela turma, porque tem freguesa na feira, onde trabalha como carregador. "Como é ter freguesa? Bom, se a gente fala pra senhora: A senhora vem na próxima semana? Se ela diz que sim, então a gente diz: Então espera em tal lugar que eu encontro com a senhora. Então, ela fica sendo minha freguesa". Com a clientela definida, Renato ganha de 100 a 200 cruzeiros por dia de feira.

"Também cato ferro por aí — continua Renato — Vendo e ganho 60 cruzeiros. Agora, esse negócio está ficando um pouco difícil, porque todo mundo anda catando ferro por aí. Trabalho também por bloco. Carrego bloco na escada, coloco lá e depois pego mais. Ganho mais ou menos 200 cruzeiros. Tem monte de bloco pra carregar, se conseguir carregar tudo, eles me pagam. Ainda ajudo minha mãe, puxo água quando ela lava roupa. Ah, vou à escola, sim, à noite. Como consigo fazer tudo isso? Dá pra fazer tudo isso, uma coisa por dia, dá pra ir pra escola".

Valmir (13 anos): "Faço carroto na feira. Ajudo minha mãe em casa e na feira. Ela vende roupas na feira, mas eu faço carroto. Ganho 80, 100 cruzeiros e dou pra minha mãe. Também ajudo minha mãe em casa. É ruim ficar em casa sem fazer nada. Lavo cachorro, pinto a casinha dele, lavo louça e tem vez que ajudo meu irmão na construção da comunidade".

A rotina das meninas difere apenas no que se

No primeiro ano, Phuong gosta da escola porque "bastante amigo e amiga ajuda a entender. Eu não sabe". Na escola, fala muito e depois entende. A professora é brasileira, boa, conversa muito". Bastante educado, desperta facilmente a afeição dos adultos pela sua maneira de falar. Tem sido o tradutor para sua mãe, ajudando-a, inclusive nos serviços de casa e no cuidado de seus irmãos. "Eu ajuda mamãe. Tem muito irmão. Só mamãe não dá. Eu sabe fazer comida mais ou menos".

Se a guerra deixou marcas em Phuong e seus irmãos, foi através dos pais. Seu pai "está totalmente desadaptado as novas circunstâncias. Segundo se comenta, ele quase não sai do quarto e já tentou suicídio. Sua mãe bate muito nas crianças (Phuong tem mais 3 irmãos e 2 irmãs, todos menores).

estão desfrutando mais das brincadeiras infantis, pois entre um serviço ou outro dentro de casa, tem uma folga para ir à casa da amiga. Ivânia (12 anos), Luciana (9 anos) e Roseli (10 anos) falam de escola, de lições de casa, de brincadeiras, de passeios. Não são encaminhadas para ganhar dinheiro como os meninos, mas para os serviços domésticos.

Um garoto de 13 anos, já adolescente, vem recuperando as alegrias de infância perdidas em uma guerra. Trata-se de Phuong, refugiado vietnamita há 16 meses no Brasil que, esforçando-se em aprender o português, conta como está a sua nova vida.

"Brasil é bonito, gostoso de morar — explica Phuong, ainda com dificuldades em se pronunciar — Aqui é melhor, porque lá é muito guerra. Lá estudou até 3.º ano, depois eu não vai mais à escola, porque lá só guerra. Papai não deixa". Completa sua fala com gestos. Faz uma pequena demonstração com metralhadoras e bombas para mostrar como era a sua vida no Vietnã.

encontro com o Pastor

Crianças estão morrendo

D. Angélico Sândalo Bernardino

Na última semana de setembro, homens que realizavam limpeza em terreno baldio do periférico e pobre bairro J. das Oliveiras, em nossa cidade, encontraram no matagal, corpo de criança quase todo em estado de putrefação. Foi um alvoroço! Policiais foram convocados e os populares se indagavam pelos responsáveis por tão desumano ato... No mesmo bairro, porém, como em toda nossa São Miguel Paulista, o índice de mortalidade infantil, segundo afirmação de autoridade sanitária credenciada, é de 130 por mil crianças que nascem! O quadro é dantesco! Diante dele, todavia, não há comoção popular! Nele, vemos retratada a falência do sistema sócio-econômico-político brasileiro.

Acompanhemos, por sua oportunidade, as palavras de João B. de Azevedo Marques, no trabalho "Menor, vítima indefesa". "As conclusões da Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa sobre a situação do menor carente em S. Paulo são mais um grito de alerta, uma grave denúncia quanto à nossa realidade social. Antes de mais nada, a CEI constatou uma realidade dramática de 3 milhões de menores carentes, indefesos, subnutridos, mal formados e mal instruídos, verdadeiro vídeo-teipe da situação nacional do menor... A questão básica, fundamental, reside na má distribuição da renda, que gera situações de marginalização social ideais para a proliferação de menores marginalizados, muitos dos quais,

quando se tornam adultos, se transformam em criminosos" (FSP, 24-9-80).

SEMANA DA CRIANÇA

É sempre com temor que assistimos, diante da caótica situação em que estão milhões de crianças brasileiras, às festinhas da "Semana da Criança". Data que se torna mais um motivo de exploração da sociedade de consumo do que real preocupação pelo bem-estar integral de nossas crianças.

Na verdade, enquanto não atacarmos as raízes da miséria, as causas geradoras de tantas mortes e mutilações de crianças não estaremos comemorando, com honestidade, a Semana da Criança. Que os responsáveis pela situação, os que detêm o poder, os que vivem oprimindo multidões neste País, saibam que o problema do menor não pode ser encarado no futuro, pois "para as crianças não podemos responder amanhã; pois seu nome é hoje" (G. Mistral).

DIREITOS DA CRIANÇA

Além das reformas de base cada vez mais urgentes, que o Governo drene substanciais verbas à Educação e Saúde, tão ridiculamente tratadas neste País. É claro que tudo isto não cairá do alto, por dádiva. Precisamos, a partir da base, dos movimentos populares, das Comunidades Eclesiais de Base, sindicatos, associações de classe, pastoral do Menor..., exigir que a criança brasileira deixe de ser assassina-

da junto aos paredões da miséria, vendo respeitados seus direitos solenemente proclamados no dia 20-XI-1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, dentre os quais, por sua urgência, destacamos os seguintes:

— "A criança gozará de uma proteção especial e disporá de oportunidades e serviços, dispensados todos eles pela lei e por outros meios, para que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente, em forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade..." (Art. 2).

— "A criança deve gozar dos benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e desenvolver-se em boa saúde; com este fim serão proporcionados, tanto a ela como à sua mãe, cuidados especiais, inclusive atenção pré e pós-natal. A criança terá direito a desfrutar de alimentação, moradia, recreação e assistência médica adequadas" (Art. 4).

— "A criança tem direito a receber educação gratuita e obrigatória, pelo menos nas etapas elementares..." (Art. 7).

AJUDE-NOS Deus, Pai dos Homens, a lutarmos unidos para que, no Brasil, a Declaração dos Direitos da Criança cesse de ser letra morta, passando a ser realidade o que evidenciará, também, que deixamos de ser uma Nação tristemente subdesenvolvida, explorada e dependente, passando ao verdadeiro desenvolvimento que é o novo nome da Paz!

Assim agindo, cessará a matança dos inocentes decretada pelo Herodes-regime-egoísta em que vivemos e o grito do profeta Jeremias não mais será ouvido: "Ouviu-se uma voz em Ramá; pronto e longa lamentação; Raquel a chorar por causa dos seus filhos; e não quer ser consolada, porque eles não existem mais" (Mt. 1,18).

Uma casa a serviço da mulher

IREDE A. CARDOSO

Quando as mulheres começam a se organizar e a exigir direitos iguais, seja no salário, seja dentro de casa, seja no relacionamento afetivo, perseguindo, com isso, uma transformação profunda na sociedade, para o benefício de toda a população, começam a receber em troca, ataques desde os mais sutis aos mais grosseiros. Mas se as mulheres estão preparadas para esse tipo de discriminação, passam por ele com maior tranquilidade. Os mais recentes ataques dizem respeito à chamada "natureza feminina": desvia-se a atenção da mulher para que ela pense em si como um ser biológico "amaldiçoado" pela natureza, o que deve aceitar com "humildade e em silêncio".

Da mesma forma que já foi publicado que a mulher mata mais durante a gravidez, a menstruação e a menopausa (como vemos, o ser pensante da mulher está excluído, com todas as nossas críticas ao sistema e todas as nossas reivindicações), o que é de uma grosseria intelectual gritante, vêm-nos agora comentários sobre a "inferioridade" da mulher porque é um ser que menstrua.

Estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que cursam Direito, trouxeram denúncia, no mesmo sentido, informando que o prof. Clito Fornicciari Jr., da cadeira de Direito Processual Civil afirma, durante as aulas, que as mulheres não podem participar do ingresso na magistratura, como juízas (etc., língua, a nossa) por causa das "regras" menstruais. Acrescenta a denúncia que o "eminente jurista acha ainda que a mulher, além de ter um cérebro menor que o do homem (o que a faz, pela menor quantidade de massa cinzenta, ter um QI inferior) é afetada pelas regras menstruais que alteram seus fatores psicossomáticos e, conseqüentemente, seu equilíbrio emocional".

Se a denúncia é verdadeira, não podemos nos espantar. Mesmo porque temos o tristemente famoso juiz de Juiz de Fora, que não admitiu mulheres no júri, temos os desembargadores de Recife, que não aprovam mulheres para o cargo de juíza (eta língua igualmente machista) e poderíamos desfilar inúmeros casos semelhantes neste País.

Todavia, às mulheres cabe, agora, superar completamente esse tipo de controle exercido pela ideologia paralisante do mundo machista, e continuar sua luta pela igualdade e a democracia. Durante toda a semana que passou, vários eventos foram programados em inúmeras escolas superiores de São Paulo e muitos outros estão programados, no sentido de mobilizar as mulheres, esclarecendo quais são, de fato, os problemas que ela enfrenta na sociedade e que, absolutamente, não dizem respeito a tampões ou a cólicas menstruais. Amanhã, às 20h30, no teatro Ruth Escobar, todas as entidades feministas estarão reunidas, com homens e mulheres interessados, para discutir os planos que deverão ser concretizados, com relação à Casa da Mulher. Essa Casa será destinada a assistir, jurídica e psicologicamente, a mulher que precisar desses serviços. Informações sobre a sexualidade, cursos sobre Política, Educação, situação da mulher na sociedade, enfim, tudo aquilo que sentirmos ser necessário, poderá ser realizado em nossa sede. A Frente das Mulheres Feministas fará desse novo feito um motivo de orgulho a mais em nossa luta por um mundo melhor, essa maravilhosa utopia que nos persegue docemente.

Todavia, para que façamos esse trabalho, teremos que contar com a ajuda de todos aqueles que estão interessados em criar esse pequeno núcleo que deverá se multiplicar em todo o País. As mulheres contam, para isso, com a preciosa colaboração de homens sensíveis, que também já não suportam arcar com o ônus do machismo que os obriga mais e mais a terem comportamentos insatisfatórios no trabalho e em casa com a companheira.

Além dessa reunião, a Frente também está promovendo, através de conceituadas juristas, um novo estudo sobre a legislação existente que discrimina a mulher, elaborando outra inteiramente nova, pela qual lutaremos, e, para isso, um novo fórum será realizado sobre a questão, na próxima semana. O que desejamos é que todos se unam contra essa mentalidade machista subdesenvolvida, que está produzindo a divisão entre os seres humanos.

A libertação truncada

Acaba de surgir na União Soviética uma revista feminista que é prontamente reprimida pela burocracia. O fato vem mostrar que na URSS a libertação das mulheres ainda é um sonho, apesar de todos os avanços inegáveis conquistados desde os primeiros tempos da revolução.

É o que noticia e constata

Jean-Yves Touvais no último número da revista francesa *Cahiers du Feminisme* onde ele resenha o primeiro número do *Almanaque feminista russo*

"Mulheres e Rússia - 1980".

Aqui, um resumo de seu artigo.

O aparecimento de uma revista feminista, "*Almanaque: Mulheres e Rússia*", em fins de 1979, na União Soviética, foi um acontecimento histórico muito importante. Pela primeira vez, depois de 1930, ano em que o stalinismo acaba definitivamente com as organizações de mulheres no seio do partido bolchevique, elas conseguem se exprimir de maneira independente e organizada.

As redatoras desta revista não são totalmente desconhecidas: elas já publicaram artigos sobre os campos ou a questão religiosa na URSS. Mas dessa vez, elas se reúnem com um objetivo preciso: "é nos reunindo para falar das nossas amarguras e do nosso sofrimento, trocar as nossas experiências e tornar consciência delas, que nós poderemos encontrar uma saída: nós nos ajudaremos e a milhões de mulheres que sofrem como nós. É por tudo isso que nós decidimos editar, pela primeira vez em nosso país, um jornal livre para as mulheres(...). Nós esperamos que os nossos esforços atenuem o peso da nossa condição e acelere o movimento de libertação das mulheres. A idéia deste *Almanaque* nos veio em agosto de 79. Eu pensava que aqui, as mulheres não eram nem um pouco feministas. Mas, desde que eu comuniquei a minha idéia, ela foi recebida com grande entusiasmo.", afirma o *Almanaque* na sua apresentação.

A revista testemunha também o vigor e a diversidade dos movimentos de oposição na URSS. De alguns anos para cá, além do "Comitê de Vigilância dos Acordos de Helsinkí", foram criadas uma 20 revistas e grupos em Moscou, em Leningrado e nas repúblicas da Lituânia, da Geórgia e da Ucrânia. Três tentativas foram feitas no

sentido de se criar sindicatos livres, agrupando milhões de trabalhadores. Este movimento democrático, se apóia no profundo descontentamento existente na sociedade soviética e que atinge as várias camadas sociais, inquietando a burocracia dominante que tenta, de uma maneira ou de outra, destruir essas organizações, grupos e revistas.

É nesse contexto que temos de analisar o aparecimento do *Almanaque*. Embora ainda se trate apenas de mulheres organizadas em torno de uma revista, pode vir a ser um embrião de uma organização autônoma de mulheres.

A situação atual das mulheres na URSS sempre foi alardeada como uma conquista do socialismo pelos defensores do sistema stalinista. E ao analisarmos alguns dados, constatamos que, em muitos aspectos, de fato, o estatuto de mulheres é bem melhor do que nos países capitalistas. Mas estes dados são relativizados quando os confronta-

mos com a realidade concreta vivida por milhões de mulheres, como nos é apresentada nos textos de *Almanaque*? As estatísticas nem sempre mostram a realidade. Um exemplo entre outros: a URSS é conhecida como a pátria do parto sem dor. Vera Natalia fala da sua experiência: "Aqui, o parto sem dor não existe. Quando eu tive meu filho foi registrado parto sem dor, em minha ficha, mas eles não me aplicaram este método: escreveram isso somente por causa das estatísticas".

Existem, por outro lado, estatísticas oficiais que confirmam estes testemunhos, mas certamente elas não são publicadas pelo Estado. Na realidade, apesar das taxas que mostram uma melhora da situação da mulher na URSS, o regime burocrático, no entanto, reproduz todos os

mecanismos de opressão patriarcal

As mulheres trabalham, mas em postos secundários.

A Constituição Soviética é portanto formal: "A mulher e o homem gozam na URSS, dos mesmos direitos" diz seu artigo 35. E, para ilustrar isso, a Revista Internacional do Trabalho (janeiro-fevereiro 1980), oficial, cita os seguintes dados: "Em 1940, as mulheres constituíam 39% dos trabalhadores, aumentando para 51,8% em 1978. Atualmente, mais de 93% de todas as mulheres em idade de trabalhar (entre 15 e 54 anos) exercem uma atividade profissional ou estudam. Entre os que receberam instrução secundária ou especializada, 59% (14,8 milhões) são mulheres. Em cada três engenheiros ou professores, há uma mulher. Mais de meio milhão de mulheres soviéticas dirigem empresas industriais ou de exploração agrícola do Estado.

qualificação da mão-de-obra	mulheres	homens
	100%	100%
não qualificada	66%	19%
semi-qualificada	30%	50%
qualificada	4%	31%

fonte: A. Braitberg, in "L'Alternative", nº3, p.26

Assim, do ponto de vista do trabalho, se há avanços substantivos, no entanto as mulheres soviéticas sofrem as mesmas discriminações existentes nos países capitalistas. A dupla jornada de trabalho também é constatada: em 80% dos casos, o trabalho doméstico é assumido pelas mulheres.

Uma minoria ínfima de homens no trabalho doméstico.

"Uma para quatro, tal é a

Porém, estas taxas não dizem tudo, elas são premeditadamente escolhidas para esconder certas questões essenciais, que refletem a discriminação existente.

O desenvolvimento do emprego feminino data da época de Stalin. Entretanto, seu objetivo não foi criar uma igualdade entre homens e mulheres, mas suprir a falta de mão-de-obra no processo de acumulação "socialista". Isto se traduziu numa discriminação fundamental: as mulheres, os trabalhos mais mal remunerados e menos qualificados, aos homens o resto. E este quadro, embora um pouco melhorado, perdura até hoje. Assim, as mulheres representam 93% dos efetivos da indústria têxtil, 86% dos da indústria de confecções, 74% da indústria de alimentação e em outros setores, onde o salário médio oscila entre 76 e 93 por mês (salário mínimo soviético).

Uma pesquisa realizada em 1971, em uma cidade industrial, mostra a seguinte repartição do emprego, apresentando uma realidade bem diferente daquela

relação de igualdade das obrigações para os homens e para as mulheres", diz Natália Maiakhovskaia no *Almanaque*.

Essa relação estabelecida no quadro familiar foi medida mais precisamente através de uma pesquisa oficial realizada junto a 8.468 trabalhadoras em uma grande empresa na cidade de Gorki. Dados dessa pesquisa mostram que uma mãe com dois filhos, trabalha em média afirmada pela Constituição.

48,9 horas semanais na empresa e 46,7 horas em trabalhos caseiros. Resta-lhe, tirando as horas de sono (45h), 5 horas para o repouso e 8 horas para o estudo e atividades culturais.

A revista *Almanaque* denuncia esta situação de opressão da mulher: "A contribuição masculina ao trabalho doméstico praticamente desapareceu, após o surgimento do aquecimento central, de água encanada e de gás. Os homens não se sentem responsáveis pelos trabalhos de casa."

Uma outra pesquisa realizada com 280 mulheres operárias de Vilnius revelou que só em 1,2% dos casos, os homens assumiam tarefas domésticas como lavagem de roupa, cozinha, guarda das crianças e que apenas 2,7% ajudava nas compras.

"Mãe heroína: a condecoração pelos filhos"

Como mães, as soviéticas também não estão em melhores condições. A maternidade na URSS é celebrada como uma grande honra. A mulher é condecorada "mãe heroína" com 10 filhos, com a "ordem da glória à maternidade" se tem 7 ou 8 filhos, e com a "medalha da maternidade" se teve 5 ou 6 filhos. Acontece que a educação das crianças é responsabilidade exclusiva da mãe. O número de creches e de jardins da infância é muito pequeno. Segundo as estatísticas oficiais, somente 1/3 das crianças em idade escolar têm acesso a ela. Por necessitarem de seu salário para a subsistência familiar, a maior parte das mulheres não utilizam os 112 dias de licença, após o parto, e os 12 meses de licença não remunerada a que têm direito.

O aborto é livre e gratuito na URSS, mas os meios

existentes para persuadir as mulheres a não praticá-lo são múltiplos a começar pelas próprias condições em que o aborto é feito. O "abortário" de Arkhangelsk, descrito em *Almanaque* é horrível, e as mulheres chama-no o "moedor de carne".

Nestas condições, não é surpreendente que muitas mulheres (6 a 8 milhões por ano) prefiram o aborto ilegal, praticado em casa. O aborto continua sendo o principal método contraceptivo e o percentual é de 2 abortos para cada nascimento nas grandes cidades. Os meios contraceptivos são de difícil acesso. As pilulas são pouco eficazes ou acessíveis em pequena quantidade e os DIU são coisa rara. Resta toda a força de uma ideologia sexual puritana e reacionária, resumida no "código moral" presente no programa do PCUS (Partido Comunista Soviético): "A essência dos novos princípios é a importância do casamento e da família. Os jovens têm o desejo de reforçar a unidade familiar, o respeito ao casamento, e ao amor casto.

Marina Oulianova, resume assim a situação: "As mulheres aqui são educadas na mentira. É difícil que elas lutem juntas contra a opressão social, contra a opressão sexual (...). Aqui, a opressão social é muito grande, tanto para os homens quanto para as mulheres, mas além dessa opressão social, as mulheres sofrem a opressão sexual, que é um peso simplesmente intolerável".

As redatoras do *Almanaque* após a repressão que se seguiu à sua publicação, tiveram que, perseguidas, exilar-se na Europa, em julho de 1980. Lá, elas entraram em contato com o movimento de libertação das mulheres para continuar denunciando a condição de opressão das mulheres na URSS.

A União Soviética



e a libertação das mulheres

Prefeitura quer abafar movimento de creches

C.P. 17/03/10/80 p. 6

A Prefeitura de São Paulo divulgou à imprensa, na última semana, o projeto de implantação de uma rede de atendimento a crianças com até 3 anos de idade moradoras em regiões carentes da cidade. Um de seus objetivos é dar-lhe tratamento integrado na área de saúde e alimentação, além de auxiliar o sistema educacional, atualmente incapaz de atender a todas elas. Prevê, basicamente, a instalação de uma rede de cerca de 20 Residências de Apoio Comunitário (RAC) em torno da Escola de Educação Infantil das regiões carentes. Mães-residentes, adolescentes e outros membros da comunidade, após seleção e período de treinamento, atenderão na casa — de particulares — a 5 ou 6 crianças de até 3 anos incompletos.

As encarregadas serão pagas pela Secretaria de Educação e pelas mães usuárias, que colaborarão com uma quantia mesmo simbólica.

O serviço de merenda escolar da Secretaria de Educação fornecerá a alimentação.

A fim de analisar o projeto, representantes

do Movimento de Luta por Creches reuniram-se no último dia 13 e concluíram que a verba a ser empregada na implantação e manutenção das CABs — adaptação de residências, alimentação, funcionários, etc — poderia ter melhor aplicação na construção de creches verdadeiras.

É o que sempre reivindicaram, nestes quase 2 anos de existência: creches diretas, inteiramente gratuitas, mantidas pelo Estado e pela Prefeitura, com a participação dos pais na orientação pedagógica das crianças e administração da entidade. Também preferem funcionários do próprio bairro que, em contato direto com sua realidade, podem acompanhar melhor o desenvolvimento da criança.

O movimento considera que a forma como o projeto será implantado, resultará na exploração do trabalho feminino, através do sub-emprego das mães-residentes; que a criança entre 0 e 6 anos é a que mais necessita de orientação, atendimento e assistência pedagógica, sendo imprescindível a participação dos pais em seu desenvolvi-

mento. E perguntam: Seria possível que eles participassem? De que maneira se desenvolverá o relacionamento e participação dos colaboradores?

Lembram, ainda, o perigo das CABs transformarem-se em mini-depósitos de crianças, como se transformaram as mini-creches municipais, que abrigam cerca de 13 menores. Em muitas delas, às mães não é permitido ultrapassar o portão. O Movimento não condena sua existência, mas reivindica melhora em seu funcionamento.

Questionam também o incentivo à iniciativa popular: porque não reforçá-la atendendo às reivindicações por creches que, geridas e administradas pela população local, entre elas os pais, teriam de fato a "participação comunitária"?

E ressaltam um dado importante: os bairros escolhidos para a instalação das primeiras CABs são justamente os de maior mobilização do Movimento de Luta por Creches: Campo Limpo, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo, Itaquera, Guaianases, Santo Amaro e Vila Prudente.

(Maria Angela Jabur)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: OSPARO
Data: 23/10/80
Pág.: 1

Pasta n.º

N.º do recorte

Movimento de Luta por Creche denuncia uma jogada da Prefeitura

CS. 140 22/10/80 1º p. 8

A Prefeitura só inventa modas: desta vez apresentou um projeto de implantação de uma rede de atendimento a crianças com até 3 anos de idade moradoras em regiões carentes da cidade. As encarregadas serão pagas pela Secretaria de Educação e pelas mães usuárias, que colaborarão com uma quantia simbólica. Caberá à Secretaria de Educação fornecer o alimento.

O Movimento de Luta por Creche analisou esse projeto, e chegou à conclusão que ele nada mais é do que uma forma a mais de exploração do trabalho feminino. Lembra ainda o perigo dessas ABs se transformarem em um mini-depósito de crianças, e questionam o incentivo à iniciativa popular. Há ainda outras sutilezas que são analisadas por elas.

Página 6.

(DOC. INCOMPLETO)

E agora, o que acontecerá com as alegres crianças de dona Odalécia?



Ontem elas puderam tomar leite, pago por um comedido advogado.

Ninguém sabe ao certo como foi que cada criança chegou. Algumas simplesmente tocaram a campainha com um bilhete na mão dizendo que haviam sido abandonadas. Outras foram deixadas em caixas de papelão ou enroladas em panos, ou trazidas por parentes que nunca mais voltaram para saber delas.

Aparecem crianças novas todos os meses, e chega o momento em que falta espaço nos beliches, nos berços, na mesa de jantar, no pátio reservado para as brincadeiras. Mas no coração de Odalécia, João e dona Maria há sempre muito espaço. Por isso, sempre cabe mais um — atualmente são 60 crianças de até 15 anos vivendo numa casa de três dormitórios — e todos parecem felizes, espertos, brincalhões, correndo o dia todo em volta daqueles que chamam espontaneamente de "pai", "mãe" e "vó".

Assim é a vida no Lar Menino Jesus de Nazaré, atualmente funcionando numa casa da Lapa, na rua Pio XI, número 537, cedida por uma indústria de aparelhos eletrônicos, a CCE. Mas as crianças podem ficar sem lar de uma hora para outra: a residência foi inicialmente alugada pela empresa para instalar um escritório de assistência técnica, e só depois é que o dono da CCE, Isacco Sverner, tomou conhecimento da obra social de Odalécia e resolveu ceder-lhe a casa. Ao descobrir isso, os advogados da proprietária, Frida Nudelzhan Fichman, enviaram à empresa uma notificação de que o imóvel, devido ao desvirtuamento de uso, deveria ser desocupado em 40 dias, após o que seria proposta uma ação judicial de despejo.

Esse prazo terminou segunda-feira, dia 20. Agora, Odalécia Martins está desesperada, porque ainda não conseguiu encontrar um lugar para ir. Ela, o marido João Ferreira Martins e a mãe, dona Maria, já começam a sentir saudades da pequena casa que ocupavam em Pirituba, apesar de todo o desconforto.

— Eu não quero briga, só quero um prazo para poder agasalhar meus filhos. Eles nunca ficaram na rua, não vai ser agora que isto acontecerá, — diz Odalécia com voz calma, enquanto as crianças disputam um lugar no seu colo.

Família pronta

Odalécia nasceu em Uberaba, Minas Gerais, e desde cedo acostumou-se a conviver com crianças pobres e abandonadas, pois seu pai tornava conta de um orfanato. Ela gostou tanto de uma das meninas, a pequena Regina, que quando completou a maioridade resolveu adotá-la, mesmo sendo mãe solteira. Era o começo de uma grande

Esta generosa senhora mineira, há anos, recolhe crianças abandonadas. Hoje, muitas cresceram e ganharam o mundo. Na casa alugada pela indústria CCE na Lapa, 60 delas brincam felizes. Mas há uma ameaça de despejo.

família, para a qual logo entrou João.

— Eu já casei pai — conta ele, sorridente.

A Regina já era crescida e até ia junto com a gente nos passeios, na época do namoro, completa Odalécia.

Hoje Regina é casada e tem uma filha, apresentada orgulhosamente pelo casal como "nossa primeira neta". A segunda filha adotiva é Anália Fernandes, que está com eles há 22 anos. Chegou com apenas cinco anos, batendo na porta da casa em Uberaba, procurando por parentes. Atualmente ela ajuda a cuidar dos 59 "irmãos menores", e conta com orgulho que outros três, adultos como ela, já estão casados e bem situados na vida: um é advogado, outro é tenente do Exército, a moça tem ótimo marido.

A família veio para São Paulo há uns dez anos, com oito crianças. Primeiro moraram em Pirituba e depois foram para uma pequena casa em Pirituba. Lá, as carências do povo da periferia da cidade grande levaram muitos bebês para os Martins, e eles aceitaram todos — mesmo os que têm pais, mas que não desejam cuidar dos filhos — com o mesmo amor.

O dinheiro nunca foi muito — dona Maria tem a pensão deixada pelo marido e João tem a aposentadoria de seu serviço como vendedor de produtos farmacêuticos — mas sempre deu para as despesas. Odalécia procura não aceitar doativos em dinheiro; prefere que as pessoas levem comida, roupas e remédios para as crianças. Por incrível que pareça, nunca faltou nada.

— A gente nem sabe como, mas na hora da necessidade surge alguém com o que precisamos.

Em 15 anos, 19 crianças comprovadamente abandonadas chegaram ao lar dos Martins. E todas as 19 foram adotadas pelo casal. Odalécia e João tiveram 4 filhos, um deles morreu ainda pequeno mas os outros três (atualmente com 15, 17 e 19 anos) vivem com eles no Lar Menino Jesus de Nazaré e também ajudam a cuidar das crianças. Maurício, por exemplo, está andando milhares de metros diariamente,

nas últimas semanas, para pegar o ônibus grátis que o leva ao trabalho; ele não tem trocado nem para tomar o ônibus comum, porque este não tem dinheiro para o leite das crianças e ele deu seu ordenado interino para ajudar nas despesas.

A mudança

Maurício e seu irmão Nelo Lúcio trabalham na CCE, e a notícia do trabalho desenvolvido por sua família chegou aos ouvidos da diretoria da empresa que foi visitá-los em Pirituba. "O dono, sr. Isacco, é muito bonzinho, ficou comovido e resolveu nos ceder esta casa, que era bem maior. Nós mudamos para cá no dia 3 de julho e tudo ia bem até que veio a notícia do despejo. A CCE, depois da mudança, começou a fornecer também o leite para as crianças, mas suspendeu a ordem de fornecimento no mês passado. O sr. José, sócio de uma padaria em Pirituba que nos dá o pão de graça, quis continuar o fornecimento sem receber nada, mas o meu genro achou que seria abusar demais da bondade dele", conta dona Maria.

A mudança para a Lapa trouxe alguns problemas, como o fato de que muitas crianças perderam o ano na escola porque não conseguiram transferência. Mas, para 1981, João Martins já conseguiu 38 vagas para seus "filhos" numa escola bem pertinho da rua Pio XI.

Por isso, a grande família Martins tem um sonho: que dona Frida, a proprietária da casa, entenda o problema e desista de despejá-los. Se isso não acontecer, eles esperam que a CCE encontre outra casa por perto para alojá-los. E, se nada disso acontecer, que surja mais um daqueles milagres que nunca falharam nas horas difíceis, e que alguém apareça oferecendo um lar para as 60 crianças.

Ontem à tarde, um pequeno milagre se realizou, na hora em que as crianças tomavam chá, porque não havia leite. Chegou um rapaz com o pé engessado, junto com uma moça, e disse que tinha visto uma reportagem sobre o orfanato no Jornal da Lapa, que denunciou o despejo. O rapaz conheceu a casa, ofereceu seus serviços de advogado, saiu por alguns minutos e voltou com várias caixas cheias de sacos de leite, que garantirão o lanche das crianças por três dias.

Os vizinhos também ajudam muito Odalécia, oferecendo mantimentos e emprestando o telefone. No próximo domingo, no Lar Menino Jesus de Nazaré, será realizada a Festa Beneficente do Verde, das 13 às 17 horas, com convites a 20 cruzeiros para angariar fundos. "Esperamos que as pessoas nos ajudem a conseguir uma casa", pede "vó" Maria.

Rachel Molamet

J. Tarde 24/10/80